



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015–2025

RIO BANANAL
2015

FICHA TÉCNICA

Prefeito
Edmilson Santo Elizario

Vice-Prefeito
Ary Silva Pogiam

Secretária Municipal de Educação
Marinete Pinheiro Regly

Coordenação Geral da Elaboração do Plano

Marinete Pinheiro Regly
Vanea Aparecida Boldi Giuriato
Sandra Aparecida Rodrigues Margoto
Maraliza Prati Anholeti Campi

Representantes dos Professores Municipais

Beatricia Anholeti Rodrigues
Eliana Bachietti
Renata Penha Rocha Margoto
Ronete Pessimilio
Silveria Silva Alves

Representante da Secretaria Municipal de Finanças

José Robert Rocha Bernardina

Representante da Secretaria Municipal de Ação Social

Antônio Wilson Soave

Representante do Conselho Municipal de Educação

Débora Carminate Periato

Representante do Legislativo Municipal

Valdemir Francisco Giuriato

Representante do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb

Adriano Ximenes

Representante do Sindicato dos Professores

Fernando Freitas Curty

Representante dos Diretores Escolares

Vanea Vezzoni de Souza Matedi

Representante dos Conselhos Escolares

Janaína Turi Cuzzuol

Representante do Conselho Tutelar

Maria Izabel Guilherme

Representante do Ensino Superior

Welder Bindaco

Consultoria

Inova – Consultoria e Treinamento



Foto 1: Lagoa Jesuína. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

*“Se, na verdade, não estou no mundo
para simplesmente a ele me adaptar,
mas para transformá-lo;
se não é possível mudá-lo
sem um certo sonho ou projeto de mundo,
devo usar toda possibilidade que tenha
para não apenas falar de minha utopia,
mas participar de práticas com ela coerentes”.*

Paulo Freire

Membros da equipe de trabalho do Plano Municipal de Educação

1. Adriano Ximenes
2. Alessandra Alves
3. Anadir Capelini Pessini
4. Anazia Aparecida Reis
5. Andressa Brunoro França
6. Antônia de Fátima de Atalaia
7. Aparecida da Penha Venturim
8. Beatricia Anholeti Rodrigues
9. Catiene de Oliveira
10. Célia Maria Reboli
11. Célia Regina Sampaio de Oliveira Rocha
12. Claudia Baquieti. Marangonha
13. Claudineia Lucindo
14. Conceição Aparecida Siloti Rosa
15. Cristiane Carminati
16. Cristina Julião Mello
17. Dayane Elias
18. Débora Carminate Periato
19. Edilene Maria Zanardo Uliana
20. Edimauro de Oliveira Lopes
21. Eliana Baquieti Grassi
22. Fernanda Aparecida Machado
23. Fernanda Raota Endringer Tavares
24. Iara Tonetto Gusmão
25. Inez Zanardi Pagung
26. Isaura Mulinari Barone
27. Ivaneti Uliana Zottele
28. Izabel Cypriano Silva
29. Izabel Pagoto Elias
30. Janaina Turi Cuzzuol Rangel
31. Janete de Fátima Venturim Veronez
32. João Vicente de Paula
33. Jocilene Pezzin de Souza
34. Joerlanda Baquete da Silva
35. Jose Nilson Carriço
36. Josiane Aparecida França
37. Josiane S. Guerim
38. Josiani Lorencini Subtil
39. Kaliny Zanoteli Silva
40. Laura Silvestre
41. Leidiana Mariano do Rosário
42. Lílian Karla Pereira Faé
43. Lorena de Cassia da Silva
44. Lucia Helena Gonçalves Zanoteli
45. Luciane Boldrim Elisiario
46. Lucilene Rosa Arpini
47. Lucimar Rosa de Almeida
48. Maraliza Prati Anholeti Campi
49. Márcia Gorete Ribeiro
50. Marciana Gerlin Vaneli
51. Maria Aparecida de Almeida
52. Maria Aparecida Reboli Borsaneli
53. Maria Cecília Bufon Lemos
54. Maria do Carmo Furlan Cestari
55. Maria Madalena Bisineli Arpini
56. Maria Regina Rebonato Endringer
57. Maria Rosilei Barbosa Anholeti
58. Marines Aparecida Fortes Fantin
59. Marinete Pinheiro Regly
60. Mauriceia Aparecida Rovetta
61. Mirian Pianesola
62. Nedson de Jesus Fernandes
63. Neide Costa de Souza Santana
64. Neliana Corsini Bosi
65. Neliane Vertuoso Manoeli
66. Patricia Rocha Tessarolo Gerlin
67. Paula Pagung Pagotto
68. Poliana de Barcellos Peroni
69. Regina Betini Mauricio
70. Renata Ardissao Panetto
71. Renata Penha Rocha Margoto
72. Ronete Pessimilio Savergnini
73. Rosana Altoé Gusmão
74. Rosiane Braun Fernandes
75. Rosiane Richieri Nascimento
76. Rosilene Boldrini Dadalto
77. Rosilene Ramos Leone Laurente
78. Rosimere da Silva Carminati
79. Rosimeri Luzia Boldi Barbosa
80. Rosimeri Pinafo Piana
81. Sabrina Soave
82. Sandra Aparecida Rodrigues Margoto
83. Sandra Bachieti
84. Silveria Conceição da Silva Alves
85. Simony Ardizzon Largura Ferreira
86. Sirlei Scartton da Costa Casagrande
87. Sueli Coutinho Rodrigues Ximenes
88. Valéria Coutinho Zanoni
89. Vanea Aparecida Boldi Giuriato
90. Vanessa Capeline Gonçalves
91. Vanusa Maria Boldi Frade
92. Vera Marta Venturim
93. Wacson Silva
94. Waneth Cunha Veronez
95. Welder Bindaco

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- DIS** – Distorção Idade Série
- EFA** - Escola Família Agrícola
- EMI** – Ensino Médio Integrado
- IES** – Instituições de Ensino Superior
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IDI** – Índice de Desenvolvimento Infantil
- MEC** – Ministério da Educação
- PME** – Plano Municipal de Educação
- SEDU** – Secretaria de Estado da Educação
- PIB** – Produto Interno Bruto
- PNDs** - Planos Nacionais de Desenvolvimento
- SECTTI** – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação Profissional e Trabalho
- SEB** – Secretaria de Educação Básica
- SECADI** – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão
- Sistema S** – Senai, Senat, Senac e Sesi
- UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Renda per capita

Tabela II – População sexo

Tabela III – População por idade

Tabela IV – População por idade

Tabela V – População por localização

Tabela VI– Matrícula na rede pública municipal, estadual e rede privada

Tabela VII – Matrícula na rede pública municipal, estadual e rede privada em área urbana e área rural

Tabela VIII – Taxa de abandono e reprovação (%)

Tabela IX – Taxa de reprovação, abandono e aprovação por série (%) das escolas municipais

Tabela X – Matrícula da Educação Especial

Tabela XI – Renda mensal Diretores*

Tabela XII – Renda mensal Professores*

Tabela XIII – Práticas Pedagógicas em Língua Portuguesa (percentual)

Tabela XIV - Práticas Pedagógicas em Matemática (percentual)

Tabela XV – Percepção sobre o (a) diretor (a):

Tabela XVI – Trabalho colaborativo na escola

Tabela XVII – Formação dos pais – alunos do 5º ano

Tabela XVIII – Formação dos pais – alunos do 9º ano

Tabela XIX – Leitura dos estudantes - 5º ano

Tabela XIX – Leitura dos estudantes - 5º ano

Tabela XX – Leitura dos estudantes - 9º ano

Tabela XXI – Evolução do IDEB no município

Tabela XXII – Padrão de desempenho em Português e matemática dos alunos do 5º ano

Tabela XXIII – Padrão de desempenho em Português e matemática dos alunos do 9º ano

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formação inicial dos professores

Gráfico 2 – Uso de materiais pedagógicos na dinâmica escolar pelos professores.

LISTA DE FIGURAS

Foto 1: Lagoa Jesuína

Foto 2: Encontro de elaboração do PME

Foto 3: Encontro de elaboração do PME

Foto 4: Grupo de trabalho do PME

Foto 5: Seminário Dom Orione

Foto 5: Seminário Dom Orione

Foto 6: Cachoeira Ataíde

Foto 7: Encenação da Paixão e Morte de Cristo no Distrito São Paulo

Foto 8: Vista do Bairro São Sebastião

Foto 9: Vista interna da Igreja de Santo Antônio, com destaque às pinturas do pintor italiano Alberto Bogani

Foto 10: Principal atividade agrícola do município

Foto 11: Vista da Praça de Eventos da Prefeitura

Foto 12: Escola do Campo

Foto 13: Elaboração do PME

Foto 14: Desfile Cívico 2014

Foto 15: Escola do Campo

Foto 16: Desfile Cívico Escolar 2014

Foto 17: Escola de Ensino Fundamental

Foto 18: Elaboração do PME

Foto 19: Elaboração do PME

Foto 20: Equipe de Coordenação da elaboração do PME

Foto 21: Bandeira do município

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO I - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
1. Introdução.....	14
CAPÍTULO II - DIRETRIZES	17
2. Diretrizes que orientam o Plano Municipal de Educação.....	18
CAPÍTULO III – ESTUDOS DIAGNÓSTICOS	20
3. Diagnóstico do município de Rio Bananal.....	21
3.1 Contexto histórico e cultural do município	21
3.2 Atividades econômicas existentes no município	25
3.3 Diagnóstico de renda e população do município	26
3.3.1 Renda e receita per capita (R\$)	26
3.4 População por faixa etária.....	26
3.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM).....	28
3.6 Índice de Desenvolvimento Infantil	29
3.7 Diagnóstico educacional do município.....	30
3.8 Profissionais da Educação	37
3.9 Dinâmica escolar.....	40
3.10 Gestão de Pessoas na rede pública municipal	46
3.11 Alunos	47
3.11.1 Aprendizagem.....	51
CAPÍTULO IV- METAS E ESTRATÉGIAS DO MUNICÍPIO PARA 2014	54
4. Metas e Estratégias por etapa e por modalidade	55
4.1 Educação Infantil.....	56
4.1.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 1	58
4.1.2 Documentos e publicações legais para consulta.....	59
4.1.3 Programas e Projetos Federais.....	60
4.2 Ensino Fundamental	61
4.2.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 2.....	64
4.2.2 Documentos e publicações legais para consulta.....	64
4.2.3 Programas e Projetos federais.....	65
4.2.4 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 5.....	65
4.2.5 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 7	66
4.2.6 Documentos e publicações legais para consulta.....	67
4.2.7 Programas e Projetos Federais.....	67
4.3 Ensino Médio	68
4.3.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 3.....	70
4.3.2 Documentos e publicações legais para consulta.....	70
4.3.3 Programas e Projetos Federais.....	71
4.4 Educação Profissional e Técnica de Nível Médio	72
4.4.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 11	74
4.4.2 Documentos e publicações legais para consulta.....	74
4.4.3 Programas e Projetos Federais.....	75
4.5 Ensino Superior.....	76

4.5.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 12.....	78
4.5.2 Documentos e publicações legais para consulta.....	78
4.5.3 Programas e Projetos Federais.....	78
4.5.4 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 13.....	79
4.5.5 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 14.....	80
4.6 Modalidade: Educação Especial.....	81
4.6.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 4.....	83
4.6.2 Documentos e publicações legais para consulta.....	84
4.6.3 Programas e Projetos Federais.....	85
4.7 Modalidade: Educação de Jovens e Adultos – EJA.....	86
4.7.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 8.....	88
4.7.2 Documentos e publicações legais para consulta.....	89
4.7.3 Programas e Projetos Federais.....	89
4.7.4 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 9.....	90
4.7.5 Documentos e publicações legais para consulta.....	90
4.7.6 Programas e Projetos Federais.....	91
4.7.7 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 10.....	91
4.8 Educação em Tempo Integral.....	92
4.8.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 6.....	93
4.8.2 Programas e Projetos federais.....	94
4.9 Valorização dos profissionais do Magistério.....	95
4.9.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 15.....	96
4.9.2 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 16.....	97
4.9.3 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 17.....	98
4.9.4 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 18.....	98
4.9.5 Documentos e publicações legais para consulta.....	99
4.9.6 Programas e Projetos federais.....	99
4.10 Gestão Democrática.....	100
4.10.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 19.....	101
4.10.2 Documentos e publicações legais para consulta.....	101
4.10.3 Programas e Projetos federais.....	101
4.11 Financiamento da Educação.....	102
4.11.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 20.....	103
4.11.2 Documentos e publicações legais para consulta.....	103
4.11.3 Programas e Projetos federais.....	103
CAPÍTULO V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
5.1 Acompanhamento e Monitoramento do Plano.....	105
5.2 Conclusão.....	106
REFERÊNCIAS.....	108
ANEXO – LEI Nº. 13.005/2014.....	110

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação é um documento que define metas para o município por um período de 10 anos. Trata-se de uma exigência prevista na Lei Federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que determina a obrigatoriedade da construção do Plano nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Embora harmonizado com o Plano Estadual de Educação e o Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal precisa garantir a identidade e a autonomia dos Municípios.



Foto 2: Encontro de elaboração do PME. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

Em 2014, deu-se início ao processo de construção do Plano Municipal de Educação do Município de Rio Bananal. O Conselho Municipal de Educação e a Prefeitura do município, por meio da Secretaria de Educação, reuniram-se para discutir e elaborar o Plano, que representa um marco para a educação do Município. Nele estão descritas as metas e os objetivos que nortearão as ações educacionais durante uma década. O Plano Municipal de Educação de Rio Bananal é fruto de uma ação coletiva que reúne, além dos órgãos educacionais, também membros da comunidade escolar e da sociedade civil e

conta com o apoio dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para conferir maior legalidade ao documento.

Muitas discussões precederam a elaboração do documento com a finalidade de identificar os anseios da comunidade escolar e suas reais demandas.

Além de contemplar as diretrizes necessárias da educação da rede municipal, o Plano promove o diálogo com os diferentes níveis de escolarização, estabelecendo metas para o Ensino Médio e projetando o aluno para um curso do Ensino Superior.

O Plano Municipal de Educação torna-se eficaz quando contempla os anseios da comunidade escolar local e trabalha no cerne dessas questões para efetivá-las. Portanto, ao identificar as rachaduras no sistema de ensino, trabalha com medidas em curto e em longo prazo. Ao mesmo tempo, o planejamento educacional previne situações inesperadas e permite à Secretaria o mapeamento da rede de ensino local, que se organiza para efetuar as mudanças previstas.

Não é de interesse dos órgãos responsáveis pela elaboração do documento que as dificuldades sejam omitidas. Pelo contrário, o Plano de Educação do Município de Rio Bananal possui como único e legítimo interesse a melhoria e o aperfeiçoamento da educação oferecida aos estudantes e a oferta de um trabalho digno para seus colaboradores.

Marinete Pinheiro Regly

Secretária Municipal de Educação e Cultura

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1 Introdução

O Planejamento Educacional no Brasil não é algo novo. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na década de 30, é considerado o primeiro planejamento explícito. Esse plano, elaborado a partir do escolanovismo, afirmava que a educação podia ter caráter científico no estudo e no planejamento, tanto quanto qualquer outra área da ciência.

A trajetória dos planejamentos educacionais em qualquer âmbito da federação não foi linear, pois nossa sociedade também vivenciou diversos contextos políticos, econômicos e sociais que influenciaram nos paradigmas educacionais e de qual educação se pretendia em cada momento.

A década de 1960, marcada pela ditadura militar, subordinou o Ministério da Educação ao Ministério do Planejamento, atribuindo a uma equipe econômica o planejamento educacional. Os Planos de Educação eram previstos dentro dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Após a ditadura militar, o período de transição intitulado “Nova República” (1985-1989) buscou uma racionalidade democrática que representou descontrole da gestão e das finanças. Assim, entramos na década de 1990, considerada de regressão da qualidade social da educação, pois estabeleceu uma racionalidade financeira assumindo a postura do estado mínimo. Houve uma forte descentralização dos recursos por meio de convênios que determinavam onde estes deveriam ser aplicados, provocando a centralização da política educacional.

Na busca por uma qualidade social na educação, a CONAE 2010 fortaleceu o movimento nacional em defesa de uma escola pública de qualidade social, defendendo 10% do PIB para a educação. O PNE, aprovado somente em 2014, revela os diversos conflitos e debates gerados no país. A participação social tem aumentado e os municípios e estados se fazem cada vez mais presentes nas discussões e definições dessas políticas. Houve também, na última década, um fortalecimento na relação entre as Instituições de Ensino Superior - IES e o Ministério da Educação - MEC e entre os demais entes federados. Essa proximidade tem fortalecido a definição de políticas que atendam às demandas sociais da população.

A Lei Federal Nº. 10.172 de 09 de janeiro de 2001 sanciona o Plano Nacional de Educação – PNE, o que garante um espaço institucional definido. Esperava-se que, sendo aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, a medida seria efetivada. Muitos estados e municípios elaboraram seus planos, mas ainda não foi em sua totalidade. Esse PNE não conseguiu ser plenamente efetivado, pois as medidas de políticas educacionais foram prescritas. Tais medidas não foram associadas aos debates, pois destoavam da realidade.

Um dos maiores desafios que se constituem para essa nova década do PNE é o estabelecimento de um Sistema Nacional de Educação que garanta, para além de um sistema de ensino, um sistema amplo com a garantia de uma efetiva participação social e de mais investimentos.



Foto 3: Encontro de elaboração do PME. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

O município de Rio Bananal elaborou seu Plano Municipal de Educação no período 2001-2010 e, por meio de diversas discussões, bem como de uma ampla participação social, definiu seu PME para o decênio 2015–2025.

Algumas ações foram estrategicamente planejadas pela Secretaria Municipal de Educação no intuito de fortalecer e assegurar a execução do PME 2015 – 2025:

- Manutenção do Fórum Municipal de Educação com definição de cronograma de reuniões;

- Realização de audiências públicas e reuniões ampliadas para divulgar e discutir as ações previstas no Planejamento Estratégico da SEME;

- Articulação a outras Secretarias e instituições na busca por uma educação com qualidade social.

Este PME foi elaborado coletivamente, orientado pelo Plano Nacional de Educação e suas metas, bem como por documentos nacionais, estaduais e municipais e a legislação vigente.



Foto 4: Grupo de trabalho do PME. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

CAPÍTULO II

DIRETRIZES

2 Diretrizes que orientam o Plano Municipal de Educação

A Constituição Federal de 1988 traz em seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei Nº. 9.394/1996 traz em seu Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Considerando que a educação escolarizada é um direito de todos, sem distinção, o Município de Rio Bananal assume em seu Plano Municipal de Educação as bases de sustentação previstas nas Diretrizes Curriculares Gerais da Educação Básica de 05 de julho de 2010:

- I. igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. respeito à liberdade e aos direitos;
- V. coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e das normas dos respectivos sistemas de ensino;
- IX. garantia de padrão de qualidade;
- X. valorização da experiência extraescolar;
- XI. vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Essas Diretrizes gerais prezam pela qualidade social da educação. Sabemos que, para além do que está legitimado na legislação, é necessário

que os agentes educacionais assumam o compromisso em conjunto na busca pela melhoria da educação.

A Lei nº. 13.005 de 25 de junho de 2014 aprovou o PNE – Plano Nacional de Educação com vigência de dez anos, a contar de sua publicação.

O PNE tem como diretrizes:

Art. 2º. São diretrizes do PNE:

- I. erradicação do analfabetismo;
- II. universalização do atendimento escolar;
- III. superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV. melhoria da qualidade da educação;
- V. formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI. promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII. promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII. estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto – PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX. valorização dos (as) profissionais da educação;
- X. promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

A equipe reunida para a discussão do PME de Rio Bananal assumiu o esforço na busca de uma educação de maior qualidade no município para que as crianças e os jovens não precisem se deslocar para outras cidades para estudar.

CAPÍTULO III

ESTUDOS

DIAGNÓSTICOS

3 Diagnóstico do município de Rio Bananal

3.1 Contexto histórico e cultural do município

O município de Rio Bananal, assim como a maioria dos municípios do Espírito Santo, foi formado por imigrantes oriundos de países europeus. No caso deste município, os primeiros moradores já moravam no Estado e buscavam terras férteis para plantio.

Os pioneiros dessa exploração, no ano de 1929, foram: Pedro Ceolin, Pedro Rizzo, Abramo Caliman e Alcides Siqueira Campos, todos vindos do município de Marilândia. Eles ocuparam a beira do rio próximo às florestas ainda desconhecidas e nomearam o rio de Rio Bananal devido à existência de muitos pés de banana próximos à sua margem. Fundaram o núcleo de Santo Antônio do Bananal e iniciaram o cultivo agrícola na região.

Em 1933 chegou ao município o primeiro padre, Pe. Aníbal, que reuniu a população para celebrar a primeira missa. Dois anos mais tarde, a visita de Pe. Geraldo fez nascer no pequeno povoado o desejo de construir uma capela.



Foto 5: Seminário Dom Orione. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

Mais tarde, em 1937, outro grupo formado por Egídio Venturim, Luiz Endringer e João Casagrande, chegou à região e fundou o núcleo de São

Sebastião do Bananal. Posteriormente, junto com o núcleo de Santo Antônio, constituíram a sede do atual município que somente em 1949, por meio da Lei nº 265 de 22 de outubro de 1949, foi elevada à categoria de distrito, com a denominação de Rio Bananal, subordinado ao município de Linhares. O novo distrito era constituído pelos povoados de Santo Antônio e São Sebastião.

No dia 14 de setembro de 1979, o distrito foi elevado à categoria de município pela Lei nº 3.293, de 14 de setembro de 1979. O ato de emancipação foi assinado pelo Governador Eurico Vieira de Rezende no pátio do Seminário em Rio Bananal. Em divisão territorial datado de 18 de agosto de 1988, o município constituiu-se do distrito sede. Pela lei nº 3.982, de 27 de dezembro de 1987, foi criado o distrito de São Jorge de Tiradentes e anexado ao município de Rio Bananal. No ano de 1982 realizou-se a primeira eleição para Prefeito e Vereadores.

Na divisão territorial datada de 1º de junho de 1995, o município era constituído por dois distritos: Rio Bananal e São Jorge de Tiradentes, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005. Atualmente, o município possui uma área de 642.229 km².

O município possui potencial turístico com diversas cachoeiras e a Lagoa Juparanã, que beneficia mais dois municípios do Estado. As manifestações folclóricas são um diferencial no município que recebe diversos visitantes durante suas festas: Cavalgada, Folia de Reis e Teatro ao ar livre: Vida pública, Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo.

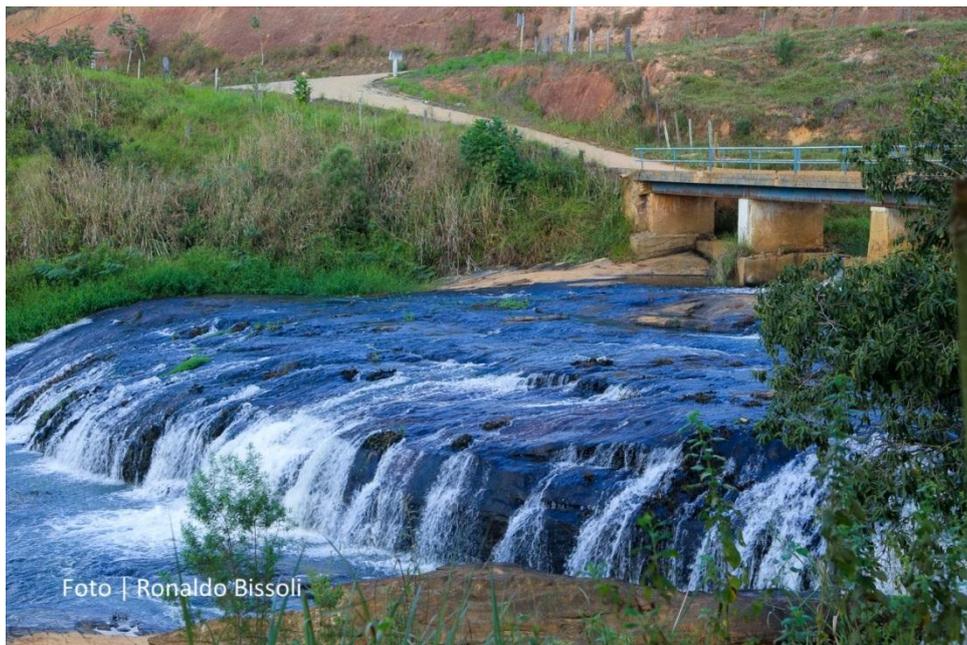


Foto 6: Cachoeira Ataíde. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.



Foto 7: Encenação da Paixão e Morte de Cristo no Distrito São Paulo. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

É um município jovem, com crescimento populacional e econômico ascendente, que tem como uma característica importante a concentração da população na área rural.



Foto 8: Vista do Bairro São Sebastião. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

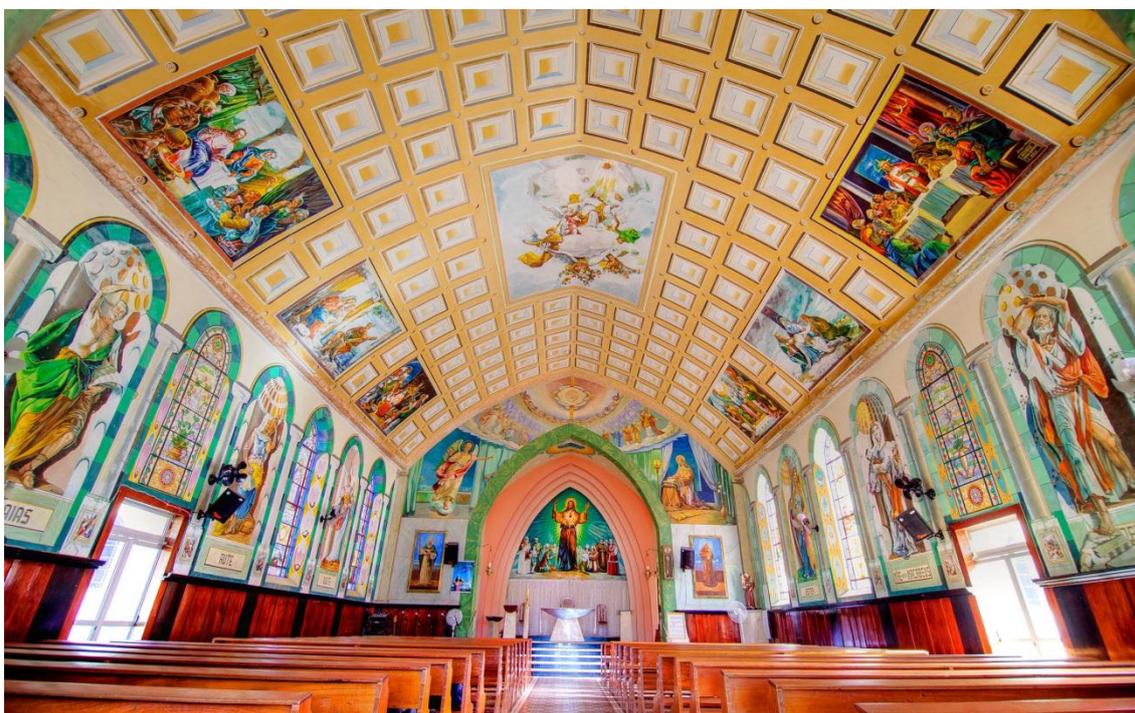


Foto 9: Vista interna da Igreja de Santo Antônio, com destaque às pinturas do pintor italiano Alberto Bogani. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

3.2 Atividades econômicas existentes no município

A principal atividade econômica do município é a produção cafeeira, com destaque para o tipo Conilon. Outras culturas também se desenvolvem como o coco, o maracujá, o mamão, a pimenta do reino, o milho, o feijão, a mandioca e a banana.

A pecuária ganha espaço na região, com produção de gado leiteiro e de corte.

Na área industrial o movimento econômico está nas fábricas de cachaça, esquadrias de madeiras, produção de farinha de mandioca, móveis e sorvetes.



Foto 10: Principal atividade agrícola do município. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

3.3 Diagnóstico de renda e população do município

3.3.1 Renda e receita per capita (R\$)

O Produto Interno Bruto – PIB do município de Rio Bananal foi em:

- 2000: 116.143.000 (reais)

- 2010: 192.424.000 (reais)

- 2012: 14.625,29 (reais)

Quanto à renda per capita, temos o seguinte:

Tabela I – Renda per capita

Ano de comparação 2000	Ano de referência 2010	Renda per capita por cor declarada no ano de referência				
		Branca	Parda	Preta	Amarela	Indígena
419,64	539,06	672,76	389,18	384,54	761,58	407,44

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Percebe-se que a renda *per capita* aumentou em aproximadamente 30%, no período de 2000 a 2010, o que é um bom indicador para a qualidade de vida do município. Esse indicador está associado também ao aumento de escolarização da população que será vista nos próximos gráficos. É importante dar atenção à renda *per capita* da população por cor declarada. Esses dados indicam que a diversidade precisa ser tratada na educação com equidade. Ou seja, para a população que apresenta menor renda, provavelmente a escolarização também será menor; assim, devem ser propostos projetos e programas que identifiquem essa população e atendam a essa demanda específica com condições adequadas.

3.4 População por faixa etária

A população geral em 2010 era de 17.530 habitantes, conforme o Censo/IBGE 2010. A população geral estimada em 2014 é de 19.038 habitantes.

Densidade demográfica: 27,30 h/km².

Tabela II – População sexo

Ano	População feminina		População masculina	
2000	48%	7.812	52%	8.512
2010	48,12%	8.451	51,8%	9.079

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Tabela III – População por idade

0 - 6 anos	2.058
7 - 14 anos	2.551
15 anos ou mais	11.715

Fonte: Censo IBGE, 2000.

Tabela IV – População por idade

1 - 4 anos	924	25 - 29 anos	1.557	50 - 59 anos	1.762
5 - 9 anos	1.271	30 - 34 anos	1.468	60 - 69 anos	943
10 - 14 anos	1.502	35 - 39 anos	1.305	70 - 79 anos	581
15 - 19 anos	1.586	40 - 44 anos	1.308	80 - 89 anos	264
20 - 24 anos	1.582	45 - 49 anos	1.176	90 - 99 anos	45
- de 1 ano	255	+ 100 anos	1		

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Os dados oficiais da população de Rio Bananal revelam que houve um crescimento de aproximadamente 10% da população, que não se encontram identificados nos dados detalhados por faixa etária, e que foram projetados a partir dos dados do Censo/IBGE de 2010 por amostragem na PNAD/2013. Mas, é possível observar que esse crescimento relaciona-se diretamente à educação, pois impacta a educação infantil do município.

Conforme se observa nas Tabelas II e III, a população masculina é um pouco maior do que a feminina, mas o mais importante é que a faixa etária em idade escolar é a mais significativa do município. Também é necessário observar que a faixa entre 20 e 59 anos é a mais expressiva e, conforme os dados educacionais discriminados a seguir demonstram a necessidade de um esforço na escolarização desse grupo, que é economicamente ativo.

Tabela V – População por localização

Ano	População Rural		População Urbana	
2000	11.977	73,5%	4.347	26,5%
2010	10.742	61,3%	6.788	38,7%

Fonte: Censo IBGE, 2010.

Ao compararmos o ano 2000 e 2010, existe tanto um crescimento da população do município, quanto do percentual que migrou do campo para a

cidade: 11%, aproximadamente. Apesar de ter havido aumento da população urbana, a população rural permanece maior, o que mostra que após 10 anos ainda há condições de permanência no campo. A Secretaria de Educação buscará conhecer essas condições, objetivando oferecer estrutura educacional para que esse percentual, no mínimo, permaneça estável.



Foto 11: Vista da Praça de Eventos da Prefeitura Municipal. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

3.5 Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)

O IDHM é um indicador de qualidade de vida da população municipal construído por três componentes: a longevidade, a educação e a renda da população. O IDHM varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma localidade. O indicador é calculado a partir dos dados do Censo Demográfico.

O IDHM do Brasil é de 0,727, e o IDHM do município é de **0,681**, considerando-se o ano de 2010. Esse indicador no ano de 2000 foi de **0,567**.

3.6 Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI)

O IDI - Índice de Desenvolvimento Infantil - é um indicador criado pela **UNICEF** e se baseia no monitoramento do cumprimento dos direitos das crianças estabelecidos pela Convenção sobre os Direitos da Criança e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Os dois documentos reconhecem que toda criança tem direito à sobrevivência sadia, ao desenvolvimento pleno e à proteção contra todas as formas de discriminação, exploração e abuso (texto adaptado da UNICEF).

O IDI incorpora variáveis como oferta de serviços de saúde; oferta de serviços de educação e cuidado e proteção que a família deve proporcionar à criança nos primeiros anos (representados pelo nível de educação do pai e da mãe). Na prática, o índice é calculado a partir dos seguintes indicadores: escolaridade da mãe e do pai, matrícula de crianças de 4 a 6 anos na pré-escola e acesso a serviços de saúde (pré-natal e vacinação).

O IDI varia de 0 a 1: quanto mais perto de 1 mais condições a criança tem de sobreviver, crescer e se desenvolver durante a primeira infância. A diferença entre o IDI de determinado Estado ou município (por exemplo, de 0,482,) e o valor 1 equivale ao “caminho” que é preciso percorrer para alcançar o nível máximo possível. O valor máximo significa que todas as crianças com menos de 6 anos do município moram com pais com mais de quatro anos de escolaridade e têm plenamente garantido o direito a serviços básicos de saúde materno-infantil e pré-escola.

Conforme relatório da Situação da Infância Brasileira em 2006, os dados do IDI calculados e apresentados em 2001 por município tiveram divergências nas informações. O estudo realizado em 2006 apresenta somente o indicador estadual que, no caso do Espírito Santo/ES é de 0,74%, sendo o IDI do Brasil de 0,67% e o da Região Sudeste, de 0,75%.

Importante registrar ainda que o relatório aponta que em 1999 40% dos municípios possuíam o IDI abaixo de 50%. Esse percentual diminuiu para 25% dos municípios em 2004.

3.7 Diagnóstico educacional do município

A educação básica no país tem ampliado sua forma de atendimento, mas ainda há muito a ser feito. A diversidade tem recebido na última década atenção e investimentos para um melhor desenvolvimento da educação. Indígenas, quilombolas, alunos com deficiência ou transtornos e educação do campo receberam diversos tipos de programas e também projetos específicos com o objetivo de proporcionar uma maior equidade.

Nos 192.676 estabelecimentos de educação básica do país, estão matriculados 50.545.050 alunos, sendo 42.222.831 (83,5%) em escolas públicas e 8.322.219 (16,5%) em escolas da rede privada. As redes municipais são responsáveis por quase metade das matrículas (45,9%), o equivalente a 23.224.479 alunos, seguida pela rede estadual, que atende 37% do total, 18.721.916 alunos. A rede federal, com 276.436 matrículas, participa com 0,5% do total (Inep, 2012).

A educação profissional também teve um crescimento significativo tanto pela expansão das unidades do IFES quanto pela oferta em parceria com entre o Sistema S e os governos estaduais. O Espírito Santo, por exemplo, possui hoje, 20 unidades do IFES e mais 3 estão em construção.

O CEET – Centro Estadual de Educação Técnica – atualmente são dois no Estado e estão sob a responsabilidade da SECTTI – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação; Educação Profissional e Trabalho. Oferecem cursos técnicos subsequentes ao ensino médio. O ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio teve uma expansão significativa no ES, principalmente no ano de 2012. Em 2014, a matrícula foi de 8.286 alunos no EMI – Ensino Médio Integrado e de 102,777 aproximadamente no Ensino Médio. Esse quantitativo absoluto segue proporcionalmente a média nacional: 85% da população de 15 a 17 anos está matriculada nas escolas. A taxa líquida de matrícula é de 50%. Dessa forma, aproximadamente 35% está matriculada no ensino fundamental engrossando a estatística da Distorção Idade-Série – DIS, que também segue a média nacional.

O município de Rio Bananal garante toda a oferta do ensino fundamental e o Estado assume apenas o ensino médio ofertado na EEEFM Rio Bananal.

As matrículas da EJA são ofertadas pelo município nas séries iniciais e o Estado oferta as séries finais e no ensino médio. Entende-se que há uma demanda de diálogo entre os entes federados a fim de ampliar a oferta de EJA no município, adequada à sua realidade. Ou seja, como a maioria da população é da área rural e sua economia gira prioritariamente em torno da agricultura, a instrução personalizada pode se constituir em um modelo de oferta mais adequado da EJA para garantir a melhoria na escolaridade da população.

O município não possui instituição pública ou privada que oferte o ensino superior, mas investe no apoio para que os munícipes possam estudar nas cidades vizinhas: Colatina e Linhares, prioritariamente. Os alunos têm o transporte garantido, sendo responsáveis por suas matrículas e outras despesas decorrentes do curso. São realizados cursos de graduação e pós-graduação *latu sensu*, principalmente pelos professores.

Os dados do IBGE no Censo de 2010 apontam que **9.746** pessoas com 10 anos ou mais no município não têm instrução ou não possuem o fundamental completo, e que apenas 621 pessoas possuem o ensino superior completo. Considerando que, conforme o Censo Escolar 2013, estão matriculadas 3.172 crianças e adolescentes somando-se o ensino fundamental e o ensino médio e que, de acordo com o Censo IBGE, o município possui 11.484 habitantes entre 10 e 49 anos, o percentual de pessoas que não concluiu o EF pode ser estimado em, aproximadamente, 65% da população. Há também o registro de 1.951 pessoas que nunca frequentaram a escola.

Essa demanda se expressa diretamente na Educação de Jovens e Adultos - EJA - que precisa se fortalecer no município, pois a matrícula em 2013 apontada pelo Censo Escolar é de 150 alunos.

O município, no ano de 2000, possuía 30 escolas municipais, 3 escolas estaduais e 1 escola privada – Escola Família Agrícola - EFA. No ano de 2013 foram registradas 33 escolas municipais, 1 escola estadual e 1 escola privada - EFA.

Quanto aos gastos com educação, o Art. 211 §2º da Constituição Federal estabelece que os municípios devem atuar, prioritariamente na

educação infantil e no ensino fundamental. Já o Art. 212 determina que, pelo menos, 25% da receita total do município seja utilizada na educação.

A Lei nº. 9.394/96 orienta no seu Art. 70 que os gastos com a educação devem ser aplicados: remuneração e aperfeiçoamento dos professores e demais profissionais da educação; aquisição, construção, manutenção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; aquisição de material didático-escolar e manutenção dos programas de transporte escolar e outras.

Assim sendo, em relação aos investimentos em Educação, a Prefeitura apresenta a receita total a partir do ano de 2011:

Receita Geral - Total

2011 – R\$ 49.789.634,98

2012 – R\$ 55.706.782,03

2013 – R\$ 53.044.039,83

2014 – R\$ 67.711.534,70

Fonte: Balanço Orçamentário Consolidado. Prefeitura Municipal de Rio Bananal/2014.

Obs.: Nos valores aqui lançados estão incluídas as receitas de Convênios, Programas e demais recursos vinculados.

Com relação aos recursos destinados à educação, a prefeitura municipal apresenta:

Despesas com Educação e Cultura:

2010 – R\$ 13.252.400,00

2011 – R\$ 14.866.400,00

2012 – R\$ 17.424.600,00

2013 – R\$ 16.081.200,00

2014 – R\$ 19.061.239,20

Fontes: Relatório do balancete do Tribunal de Contas do ES, 2013. Publicação Amunes: Finanças dos Municípios Capixabas, 2014.

Obs.: Recurso aplicado na Função Educação e Cultura (municipal, federal e estadual) para esses quatro anos.

Ainda se verifica, conforme relatório do Tribunal de Contas do ES de 2013, que o custo-aluno do município de Rio Bananal foi de R\$ 5.030,99. A

média dos municípios do ES em gasto com aluno é de R\$ 5.288,99. Para o cálculo do custo-aluno são utilizados dois fatores: receita corrente per capita e número de matrículas da rede municipal.

Quanto às despesas, em especial para a educação e a cultura, observa-se que apesar do decréscimo em 2012, o ano de 2014 apresentou um acréscimo em sua despesa liquidada. Essa realidade demonstra um aumento na execução das ações para a educação e para a cultura.

A seguir, encontram-se os dados educacionais de 2010 a 2013 e também uma comparação com o ano 2000.

Tabela VI - Matrícula na rede pública municipal, estadual e rede privada

Etapa/Ano	2000	2010	2011	2012	2013
Creche	60	245	241	267	271
Pré-Escola	294	435	400	406	387
1ª à 4ª série	2.965	1.398	1.326	1.312	1.379
5ª à 8ª série	1.481	1.132	1.312	1.171	1.117
Ensino Médio	821	547	687	648	620
EJA 1ª à 4ª	-	-	-	-	38
EJA 5ª à 8ª	-	103	87	23	44
EJA médio	-	90	87	91	68
Educação Profissional	-	31	68	25	78
Ensino Médio Integrado	-	-	-	-	-
EJA integrada à Educação Profissional	-	-	-	-	-
EFA – 5ª à 8ª	-	23	-	-	-
EFA – ensino médio	-	54	68	73	76

Fonte: SEDU/GEIA/SEE/2014.

Com relação aos dados de matrícula, a nomenclatura apresentada nas tabelas segue a fonte pesquisada, ou seja, a SEDU. O município deve fazer a leitura considerando a nova nomenclatura de “ano” ao invés de “série”, pois já adotou o ensino fundamental de 9 anos.

O aumento da matrícula é significativo na última década, conforme a Tabela VI. No ano 2000, o Estado ainda arcava com aproximadamente 50% da matrícula do ensino fundamental, tanto das séries iniciais, quanto finais. Também é relevante atentarmos para a matrícula do ensino médio quem vem decrescendo consideravelmente nos últimos 14 anos.

Observa-se que a partir do ano de 2010 a rede estadual registra, no ensino fundamental de 5ª a 8ª, os respectivos dados: 2010: 54 alunos; 2011: 148 alunos; 2012: 56 alunos e 2013: 20 alunos. O ensino fundamental, dessa forma, é de responsabilidade praticamente total do município. Outro fato

apresentado é que a oferta da EJA na 1ª etapa inicia-se no ano de 2013 também pelo município.

Assim, realizando uma breve análise é possível perceber pequenas oscilações no quantitativo por etapa e por modalidade ano a ano, mas que merecem atenção da Secretaria no sentido de identificar a queda da matrícula, levando-se em conta que houve crescimento da população.

Também é identificada, conforme tabela abaixo, a educação do campo:

Tabela VII – Matrícula na rede pública municipal, estadual e rede privada em área urbana e área rural

Etapa/Ano	2000	2010	2011	2012	2013
Creche rural	0	0	0	0	0
Creche urbana	60	245	241	267	271
Pré-Escola rural	134	162	152	169	154
Pré-Escola urbana	231	273	248	237	233
1ª à 4ª série rural	-	752	728	764	800
1ª à 4ª série urbana	-	646	598	548	579
5ª à 8ª série rural	-	488	524	503	494
5ª à 8ª série urbana	-	590	639	645	623

Fonte: SEDU/GEIA/SEE/2014.

O ensino médio, a EJA e a educação profissional são todos ofertados na área urbana na EEEFM Rio Bananal, atualmente a única escola estadual no município.

A matrícula do ensino fundamental nos anos 2000 foi computada sem a distinção de séries iniciais e finais. Somam-se no ensino fundamental urbano 1.457 matrículas, sendo 1.130 estaduais e 327 municipais. E, somam-se, no ensino fundamental rural 1.508 matrículas, sendo 411 estadual e 1.097 municipal. Também foram acrescentados 100 alunos na área rural da EFA.

Em relação às matrículas da área rural e urbana, os dados revelam que ainda é um desafio a ampliação das escolas na área rural, onde se localiza a maior parte da população. Considerando os desafios geográficos de residência da população, é necessária a realização de estudos e de planejamentos de rede que apresentem melhores possibilidades de atendimento intracampo. Não há oferta de creches na área rural.

Observa-se que a matrícula das séries iniciais do ensino fundamental consegue manter mais o aluno no campo e há um decréscimo da matrícula nas séries finais do ensino fundamental. Cabe investigar se esse decréscimo está ou não associado diretamente à oferta ou ao desejo das famílias de que o aluno estude em áreas urbanas.

Há de se registrar que o município já atua na ampliação de toda a rede, inclusive no crescimento da oferta de creches, o que não é realidade comum no país. A oferta para crianças de 0 - 3 anos influencia diretamente na melhoria da qualidade da educação e interfere diretamente na definição do IDI. A expectativa é de que essas crianças tenham melhor desempenho na escola do que as que ingressam aos 6 ou 7 anos por terem contato mais cedo com o conhecimento sistematizado.



Foto 12: Escola do Campo. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

Outros indicadores que interferem na qualidade social da educação são os dados de abandono e reprovação.

Tabela VIII – Taxa de abandono e reprovação (%)

Etapa/Ano	2010		2011		2012		2013	
	A	R	A	R	A	R	A	R
Ensino Fundamental	0,62	17,16	0,97	20,53	0,42	17,84	1,58	18,08
Ensino Médio	5,88	8,27	3,37	11,24	2,96	20,40	5,53	16,91
EFA – ensino médio	5,06	3,3	-	-	0	0	7,04	1,41

Fonte: SEDU/GEIA/SEE/2014.

* A – Abandono

** R – Reprovação

O fluxo escolar refere-se às taxas de abandono, que são alvo de atenção do município, sendo que 50% das escolas possuem um programa para evitar o abandono e aplicam esse programa; e 17% das escolas possuem o

programa, mas ainda não o desenvolvem. As taxas de reprovação também possuem um programa específico e 83% das escolas o desenvolvem. Há uma intervenção por parte dos professores e um diálogo direto com a família focado no aluno faltoso.

A seguir, uma tabela detalha a reprovação, o abandono e a aprovação por série.

Tabela IX – Taxa de reprovação, abandono e aprovação por série (%) das escolas municipais

Série	2010			2011			2012			2013		
	R	A	Ap									
1º	2,2	0	97,8	3,1	0	96,9	2,4	0,4	97,2	4,0	0,7	95,3
2º	1,7	0,6	97,7	0,8	0,3	98,9	1,0	0	99,0	1,2	0,4	98,4
3º	20,4	0	79,6	18,9	0	81,1	12,0	0	88,0	16,0	0,3	83,7
4º	7,5	1,3	91,2	9,7	0,5	89,8	8,5	0	91,5	8,0	0	92,0
5º	3,0	0,6	96,4	7,1	0	92,9	3,6	0,5	95,9	8,6	1,4	90,0
6º	13,4	0,9	85,7	16,7	0,5	82,8	15,5	1,5	83,0	27,0	3,1	69,9
7º	6,9	0,4	92,7	17,7	0,4	81,9	12,5	0,3	87,2	28,2	2,9	68,9
8º	4,6	1,1	94,3	11,4	2,0	86,6	6,4	0,4	93,2	14,5	1,4	84,1
9º	1,0	0,5	98,5	7,0	0,9	92,1	3,5	0,5	96,0	13,4	3,2	83,4

Fonte: Censo Escolar 2013, Inep. Organizado por Meritt. Classificação não oficial.

R – Reprovação

A – Abandono

Ap – Aprovação

Observa-se que tanto a taxa de abandono quanto a de reprovação são mais evidentes no ensino médio do município. Importante lembrar que o IDEB é um indicador nacional com meta no PNE e que a taxa de aprovação compõem a equação que o define¹. Considerando os dados por série, relacionados especificamente ao município, verifica-se que, na medida em que as séries avançam, os índices de abandono e reprovação também aumentam. Há um salto do 5º para o 6º ano em todos os anos apresentados.

A discussão no país sobre aprovação tem sido intensa na educação, pois historicamente há um receio entre os professores de que a administração pública, ao definir por melhorar a aprovação, relacionaria esta com “promoção automática” do aluno. Essa questão deve ser tratada pela Secretaria com programas e projetos que melhorem a aprendizagem. Além disso, a formação continuada deve centrar-se na aprendizagem como prioridade de discussão a fim de superar esse mito social.

Quanto à Educação Especial, os dados são:

¹ Abordaremos os indicadores de aprendizagem mais adiante.

Tabela X– Matrícula da Educação Especial

Etapa/Ano	2010	2011	2012	2013
Creche	1	1	0	2
Pré-Escola	2	0	2	1
1ª à 4ª série	28	24	29	28
5ª à 8ª série	13	14	18	26
Ensino Médio	7	11	10	8
EJA 1ª à 4ª	-	0	0	0
EJA 5ª à 8ª	-	0	0	1
EJA médio	1	0	1	0
Educação Profissional	-	-	-	-

Fonte: Inep/Censo Escolar/SEDU/SEE, 2014.

O censo escolar do ano 2000 revela o atendimento de 20 alunos por “tipo de deficiência e dependência administrativa”, sendo na rede municipal - 6 alunos com deficiência auditiva; na rede privada - 7 alunos com deficiência mental; 3 com deficiências múltiplas e 4 com deficiência física.

O Estado publicou as Diretrizes da Educação Especial em 2011 e o documento atualmente está em revisão. Também estão sendo elaborados documentos de orientações específicas sobre deficiências e transtornos a serem publicados em 2015, que beneficiarão todas as escolas estaduais, municipais e privadas.

A matrícula da Educação Especial ainda apresenta desafios em nosso país. O Censo/IBGE não mapeia a população público-alvo da EE por deficiência ou transtorno, inviabilizando atendimentos importantes na área social. Essa realidade impacta na educação, pois não há dados que permitam a comparação ou mesmo que identifiquem esse público fora da escola. Além disso, a educação acaba recebendo demandas que não são de responsabilidade dela, pois não há uma resposta social adequada às necessidades apresentadas por esse público.

3.8 Profissionais da Educação

Em relação aos profissionais da educação, serão apresentados dados relativos a diretores e professores das redes públicas do município. Esses questionários são aplicados junto à Prova Brasil. No município de Rio Bananal, 6 diretores responderam aos questionários relacionados à gestão e 29 professores sobre seu trabalho e sua realidade profissional no município.

O questionário aplicado na Prova Brasil (2011) junto aos diretores mostra que 50% são do sexo feminino e 50% do sexo masculino, dentro da faixa etária predominante (50%) de 30 a 39 anos; 17% entre 25 e 29 anos; 16% entre 40 e 49 anos e 17% entre 50 e 54 anos. Observa-se que os diretores, de um modo geral, são jovens, com predomínio na faixa etária entre 25 e 39 anos – 67%.

Em relação aos professores, 28% são do sexo masculino e 72% do sexo feminino. A faixa etária predominante é de 25 a 29 anos: 43%, seguida de 30 a 39 anos: 36%; 18% possuem entre 40 e 49 anos e 3% possui menos de 24 anos. No caso dos professores, também é possível afirmar que são todos jovens, predominando a mesma faixa etária dos diretores: 25 a 29 anos e 30 a 39 anos, totalizando: 79%.

Quanto à renda dos Diretores, temos:

Tabela XI– Renda mensal Diretores*

Renda líquida(R\$)	Percentual (%)	Renda bruta (R\$)	Percentual (%)
1.090,01 – 1.362,50	25%	-	-
-	-	1.635,01- 1.907,50	25%
1.907,51 – 2.180,00	25%	-	-
2.180,01 – 2.725,00	25%	-	-
2.725,01 – 3.815,00	25%	2.725,01 – 3.815,00	75%

Fonte: QEdu.org.br/cidade/2716-rio-bananal/pessoas/diretor

* Os demais valores não foram registrados, pois foram nulos.

A variação salarial explica-se devido ao fato da faixa salarial estar vinculada ao número de matrículas das unidades escolares e outros fatores como, por exemplo, tempo de serviço, no caso de servidor efetivo, ou se somente em cargo de direção sem vínculo efetivo com a rede municipal ou estadual.

Quanto à renda mensal dos professores, temos:

Tabela XII– Renda mensal Professores*

Renda líquida (R\$)	Percentual (%)	Renda bruta (R\$)	Percentual (%)
-	-	545,00	10%
545,01 – 817,50	8%	545,01 – 817,50	5%
817,51 – 1.090,00	38%	-	-
1.090,01 – 1.362,50	15%	-	-
1362,51 – 1.635,00	4%	1362,51 – 1.635,00	30%
1.635,01 – 1.907,50	23%	-	-
1.907,51 – 2.180,00	12%	-	-
-	-	2.180,01 – 2.725,00	25%
-	-	2.725,01 – 3.815,00	20%
-	-	3.815,01 – 5.450,00	10%

Fonte: QEdu.org.br/cidade/2716-rio-bananal/pessoas/diretor

* Os demais valores não foram registrados, pois foram nulos.

Pelas discrepâncias apresentadas em algumas rendas, pode-se deduzir que a soma do salário bruto mensal equivale a outras fontes pagadoras dentro da profissão, ou seja, o professor atua em mais de uma rede de ensino. Além disso, também há diferenças salariais em relação aos benefícios que alguns professores possuem durante sua vida profissional, quando efetivo.

No caso da formação inicial, todos os diretores possuem curso superior, sendo 17% em Pedagogia e 66% nas demais licenciaturas, todos realizados em instituições privadas em cursos presenciais ou semipresenciais. Os demais cursos superiores somam 17%. Todos possuem especialização, sendo 33% na área de gestão e administração escolar; 33% nas demais áreas pedagógicas e 33% em cursos com outra abordagem.

Todos atuam, no mínimo, há 10 anos na educação, sendo que 50% atuam há mais de 20 anos. Em cargo de gestão, 17% dos professores estão na função entre 7 e 10 anos e 50% estão na função há menos de um ano. 83% dos profissionais participaram de curso de formação continuada nos últimos anos.

Entre os professores, a formação inicial apresenta-se da seguinte forma:

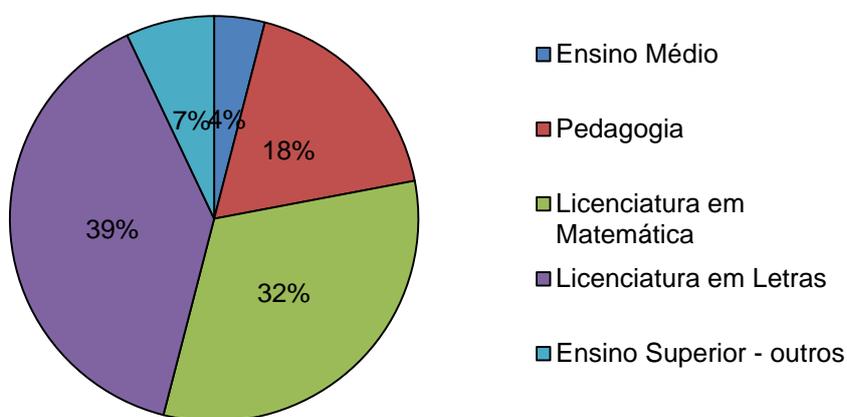


Gráfico 1 – Formação inicial dos professores

Fonte: QEdu.org.br/cidade/2716-rio-bananal/pessoas/professor

Os professores também possuem outras formações, como especialização: 93%, e outros cursos de aperfeiçoamento com, no mínimo 180 horas: 7%.

Sobre o tempo de atuação dos professores na educação, a maioria, ou seja, 45% atuam de 7 a menos de 10 anos; 3% atuam há menos de um ano;

10% atuam de 2 a menos de 5 anos; 7% atuam de 5 a menos de 7 anos; 14% de 10 a menos de 15 anos; 7% de 15 a menos de 20 anos e 14% atuam há mais de 20 anos. Esses dados chamam a atenção porque, apesar de jovens, os professores começam cedo a carreira profissional. Dos professores entrevistados, 96% cursou o curso superior em instituição privada e, apenas 4% em instituição federal.

Quanto às atividades culturais, os professores informaram realizar ou participar de atividades que estão mais próximas e durante seu tempo livre, realizar outras atividades como pesquisar em sites da internet (85%); ler jornais (86%); frequentar bibliotecas (38%). Outras atividades como visitar museus, ir ao cinema, ao teatro ou assistir a espetáculos de dança são as menos indicadas pelos professores.

3.9 Dinâmica Escolar

Segundo os diretores, as escolas são de modo geral bem dinâmicas: 83% desenvolvem atividades esportivas e culturais (música, teatro, danças, etc.) e no mesmo percentual, 83%, desenvolvem atividades em parceria com a comunidade: palestras, teatros etc. Além disso, 50% das escolas realizaram campanhas de solidariedade, sendo que 66% das campanhas foram coordenadas pela própria escola. Todas realizaram momentos de formação continuada das quais mais de 51% dos professores participaram.

Importante lembrar que o município, em dezembro de 2013 e janeiro de 2014, sofreu uma forte enchente por conta das chuvas de verão no Estado. As escolas foram pontos de acomodação das famílias então desabrigadas.

As escolas desenvolvem diversos projetos temáticos voltados, em especial, para assuntos sociais. 100% das escolas desenvolvem projetos nas áreas de Educação Ambiental, Uso de drogas, Racismo, Bullying, Sexualidade e Gravidez na Adolescência e Meio Ambiente. Outros temas também são conteúdos de projetos como Violência: 83%; Machismo e Homofobia: 60%; Desigualdades Sociais: 67%, e Temas Religiosos: 67%.

Em relação à aprendizagem das disciplinas do Núcleo Comum, as escolas declararam que desenvolvem projetos de reforço ou apoio à aprendizagem escolar: 67%.

Nas práticas pedagógicas registradas pelos professores, há sempre a indicação de uso de recursos e espaços escolares para a prática pedagógica, conforme o gráfico abaixo:

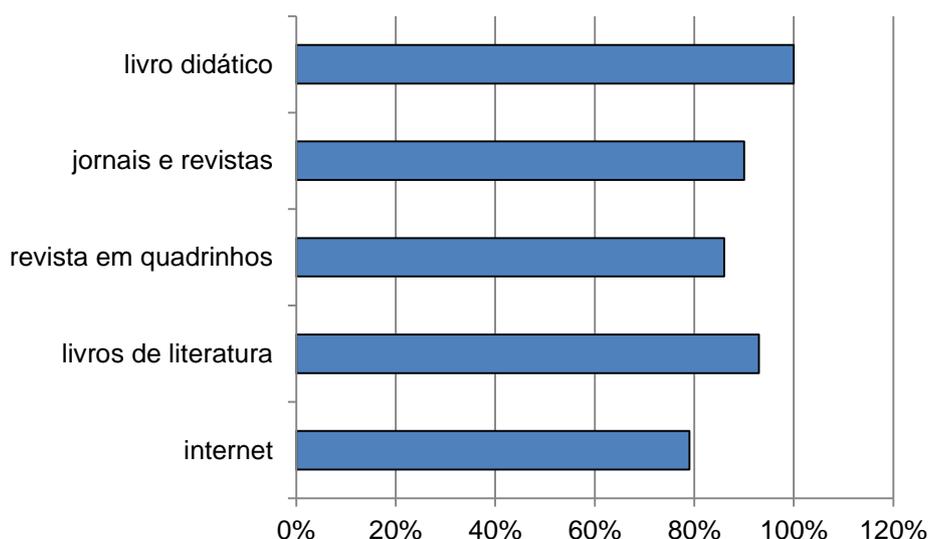


Gráfico 2 – Uso de materiais pedagógicos na dinâmica escolar pelos professores.

De acordo com as informações dos professores, as aulas são dinâmicas, atualizadas e a atenção da formação precisa estar voltada para a qualidade no uso desses materiais, partindo da sua seleção até a avaliação da aprendizagem realizada junto ao aluno. Por isso, é necessário definir uma política de formação de professores que considere as demandas apresentadas neste Plano Municipal.

As disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática ganham destaque, pois representam os fundamentos de toda a aprendizagem escolar. Em relação às práticas realizadas pelos professores, foram elaborados dois gráficos que refletem de modo geral e de acordo com o questionário socioeconômico, a prática pedagógica desses professores na rede pública de Rio Bananal.

Tabela XIII – Práticas Pedagógicas em Língua Portuguesa (percentual)

Prática	Semanalmente	Algumas vezes por mês	Uma vez por mês	Uma vez por bimestre	Nunca
Copiar textos no quadro.	61%	0	0	6%	33%
Discussões a partir de livros e revistas.	61%	33%	0	0	33%
Exercícios gramaticais a partir de textos.	24%	76%	0	0	0
Ler, e escrever textos sobre os projetos temáticos.	6%	72%	5%	17%	0
Ler contos, poesias e romances.	72%	28%	0	0	0
Conversar sobre contos, poesias e romances.	61%	39%	0	0	0
Utilizar poesia, contos e romances para exercitar a gramática.	61%	39%	0	0	0
Fixar os nomes dos conceitos gramaticais e linguísticos.	22%	56%	0	0	22%
Discutir um texto explorando as diferenças entre fatos e opiniões.	78%	17%	5%	0	0

Fonte: QEdU.org.br/cidade/2716-rio-bananal

A tabela XII mostra como as práticas ainda estão arraigadas em um modelo tradicional de educação. 61% dos professores ainda utilizam o método da cópia de texto como prática e 78% trabalham com os alunos a fixação de conceitos gramaticais ou linguísticos semanalmente ou algumas vezes por mês. A produção de texto é mínima, apenas 6% a pratica semanalmente. Apesar de 72% afirmarem que essa prática é desenvolvida algumas vezes no mês, não é possível afirmar se são duas vezes ou três. A literatura também é utilizada para a aprendizagem gramatical, e conforme os dados, 100% dos professores exercem essa prática semanalmente ou algumas vezes por mês, o que demonstra que as aulas de Língua Portuguesa são focadas no ensino da gramática em detrimento do seu sentido semântico, literário e de produção escrita do aluno.

O questionário não aprofunda na questão da correção dos textos com uma metodologia que prevê a reescrita dos mesmos pelos alunos e um suporte do sistema de ensino junto aos professores para que essa realidade seja rotina nas escolas. Isso aponta novamente para a necessidade de se estabelecer

uma política de formação de professores com base nas necessidades das escolas e dos próprios professores em relação à sua prática.

Segue agora a realidade das práticas desenvolvidas na disciplina de Matemática.

Tabela XIV - Práticas Pedagógicas em Matemática (percentual)

Prática	Semanalmente	Algumas vezes por mês	Uma vez por mês	Uma vez por bimestre	Nunca
Fazer exercícios para fixar procedimentos e regras.	95%	5%	0	0	0
Lidar com situações problemas que exigem raciocínios diferentes e mais complexos que a maioria dos exemplos usuais.	76%	19%	5%	0	0
Falar sobre soluções discutindo caminhos usados para encontrá-las.	81%	14%	5%	0	0
Gravar as regras que permitem obter as respostas certas dos cálculos e problemas.	76%	14%	0	0	10
Lidar com temas que aparecem em jornais e/ou revistas discutindo a relação dos temas com a matemática.	38%	33%	5%	10%	14%
Interpretar resultados numéricos obtidos para dar uma resposta adequada ao problema.	94%	6%	0	0	0
Lidar com situações que lhes sejam familiares e que apresentem temas de interesse dos alunos.	63%	37%	0	0	0
Experimentar diferentes modos de resolver um problema ou de efetuar um cálculo.	94%	6%	0	0	0
Aprimorar a precisão e a velocidade de execução de cálculos.	89%	11%	0	0	0
Experimentar diferentes ações (coletar informações, recortar, analisar, explorar, discutir, manipular, etc.) para resolver problemas.	44%	50%	6%	0	0
Incentivar e estimular o aluno a analisar criticamente se os resultados obtidos na resolução de um problema são plausíveis.	89%	11%	0	0	0

Fonte: QEdU.org.br/cidade/2716-rio-bananal/pessoas.

A tabela XIV, que trata das práticas pedagógicas na disciplina de Matemática, apresenta dados que merecem a atenção. Exercícios de fixação são aplicados semanalmente por 95% dos professores e, em contrapartida, apenas 38% lidam com temas cotidianos no ensino da disciplina. Considera-se

que os exercícios de fixação têm sua importância, mas que eles sejam desenvolvidos a partir da contextualização dos assuntos e temas, que segundo os professores, ocorre minimamente.

As tabelas XII e XIV apresentam dados importantes para o planejamento da formação continuada no município, mas é necessário refletir sobre alguns paradoxos apresentados, como a formação inicial e especialização, cuja maioria dos professores possui, bem como os cursos de formação continuada. Mas o IDEB do município ainda precisa crescer 1,1%, o que representa a necessidade de um esforço constante da rede, que deve alinhar formação de professores, gestão, recursos e condições de trabalho.

Há ainda a declaração de que 83% dos professores dedicam até 1/3 do seu tempo de trabalho para atividades extraclasse: planejamento, produção de material e estudos, e utilizam recursos como retroprojektor (69%); projetor de slides (72%); internet (79%); cópias (100%); computadores (79%); fitas de vídeo ou dvds (97%); jornais ou revistas informativas (86%). O uso da biblioteca ainda é limitado, ou seja, apenas 54% encaminham alunos para leituras e pesquisas individuais ou em grupo.

Completando a análise, além da formação inicial e continuada, os professores utilizam, com maior ou menor frequência recursos e espaços disponíveis na escola. Essa visão geral remete ao desafio de imprimir maior qualidade social à educação básica, seja nas formações, seja no uso de recursos e espaços.

Reforçando a análise, 52% dos professores afirmaram que conseguiram desenvolver, no ano letivo, entre 60 e 80% do conteúdo previsto. Resta ao município determinar se esse conteúdo previsto está relacionado ao currículo ou apenas ao livro didático. Com certeza, o uso do livro didático ainda é um desafio no quesito didática, ou seja, 100% dos professores declaram que utilizam o livro didático, mas é necessário entender como é esse uso e como o livro constitui-se na rede.

Outra questão que se apresenta são as avaliações externas: 90% dos professores ou mais afirmam conhecer as avaliações e resultados de sua escola, dos municípios e do Estado. Cabe à administração municipal identificar e propor projetos de intervenção pedagógica a partir desses resultados.

Porque, de modo geral, o conceito de avaliação externa, bem como a leitura desses resultados, não fazem parte da formação inicial dos professores e muitos equívocos têm ocorrido no trato dessas avaliações.

A seguir, serão apresentadas as relações interpessoais na escola na visão do professor, tanto referentes à percepção deles sobre os diretores, quanto junto aos colegas.

Tabela XV – Percepção sobre o (a) diretor (a):

Item	Concordo totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo totalmente
O (a) diretor (a) me anima e me motiva para o trabalho.	42%	48%	10%	0	0
Tenho plena confiança no (a) diretor (a) como profissional.	48%	45%	7%	0	0
O (a) diretor (a) consegue que os professores se comprometam com a escola.	48%	52%	0	0	0
O (a) diretor (a) estimula atividades inovadoras.	38%	45%	17%	0	0
O (a) diretor (a) dá atenção especial aos aspectos relacionados com a aprendizagem dos alunos.	48%	45%	7%	0	0
O (a) diretor (a) dá atenção especial aos aspectos relacionados com as normas administrativas.	55%	45%	0	0	0
O (a) diretor (a) dá atenção especial aos aspectos relacionados com a manutenção da escola.	62%	38%	0	0	0
Sinto-me respeitado (a) pelo (a) diretor (a).	62%	31%	7%	0	0
Respeito o (a) diretor (a).	83%	17%	0	0	0

Fonte: QEdU.org.br/cidade/2716-rio-bananal/pessoas

Observa-se que, de modo geral, os diretores possuem a confiança dos professores e também são vistos como comprometidos com as escolas e suas demandas, sejam pedagógicas ou administrativas. Convém ter atenção para os que se declararam “neutros” nas questões. Isso pode evidenciar um desânimo, indiferença ou mesmo sentir-se pouco à vontade em declarar uma visão negativa nessas questões.

Tabela XVI – Trabalho colaborativo na escola

Item	Concordo totalmente	Concordo	Neutro	Discordo	Discordo totalmente
Participo das decisões relacionadas com o meu trabalho.	59%	41%	0	0	0
A equipe de professores leva em consideração minhas ideias.	31%	66%	0	0	0
Eu levo em consideração as ideias dos colegas.	38%	62%	0	0	0
O ensino que a escola oferece aos alunos é muito influenciado pela troca de ideias entre os professores.	31%	66%	3%	0	0
Os professores desta escola procuram coordenar o conteúdo das disciplinas entre as diferentes séries.	31%	66%	3%	0	0
O diretor, os professores e os demais membros da equipe da escola colaboram para fazer essa escola funcionar bem.	55%	41%	4%	0	0

Fonte: QEdu.org.br/cidade/2716-rio-bananal/pessoas

Na rede municipal percebe-se que existe a presença do trabalho colaborativo e que o diálogo permeia a prática pedagógica. Cabe à Secretaria identificar se essas trocas compõem de fato a gestão da escola, bem como se esses tempos são institucionais, ou seja, previstos pela escola no tempo de planejamento do professor. Assim que esses processos são identificados, é necessário reafirmá-los e fortalecê-los, visto que os espaços também se constituem como valorização do professor em seu local de trabalho e impactam diretamente na melhoria da aprendizagem.

3.10 Gestão de pessoas na rede pública municipal

Conforme dados do INEP/MEC (2011), 45% dos professores são efetivos e 48% são contratados em designação temporária. Com certeza, o concurso público é uma necessidade, mas deve ser realizado após a alteração do Plano de Carreira do Magistério, o que representará respeito ao princípio da economicidade pública, pois poderá prever seu impacto na gestão e na rede. A

análise também permite apontar que o planejamento de rede é necessário antes da realização do concurso público, uma vez que também poderá orientar as disponibilizações de vagas.

Os professores não registraram a inexistência expressiva de professores e dos demais profissionais da área pedagógica, como coordenadores e pedagogos, de modo a prejudicar as aulas. De qualquer forma, há uma observação da Secretaria sobre a preocupação de todos os anos com aqueles professores que fazem, prioritariamente, a opção pela rede estadual devido ao salário e, somente depois, assumem carga horária na rede municipal. Assim, o início do ano letivo torna-se uma incógnita em relação a essas contratações. Um concurso público e a possibilidade de um plano de carreira mais atrativo poderão diminuir essa realidade

3.11 Alunos

Foram recolhidos dados dos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental. Os temas centrais referem-se ao perfil sociocultural, econômico e cotidiano; e aos estudos: trajetória, incentivo e interesse.

Os alunos do 5º ano foram identificados em 55% do sexo masculino e 45% do sexo feminino. A faixa etária varia entre 9 e 15 anos ou mais, sendo que 59% estão com 10 anos, 16% com 11 anos e 10% com 12 anos. Os demais possuem percentual inexpressivo. Dos entrevistados, 37% moram com 4 ou 5 pessoas ou mais, 30% moram com 3 pessoas e 18% moram com mais 2 pessoas. Apenas 4% moram com mais uma pessoa, 6% moram com 6 ou 7 pessoas e 5% moram com mais de 7 pessoas.

Os alunos do 9º ano são também em sua maioria do sexo masculino: 52%. A faixa etária varia entre 13 e 19 anos e está assim distribuída: 13 anos – 3%; 14 anos – 63%; 15 anos – 19%; 16 anos – 10%; 17 anos – 3%; 18 anos – 1% e 19 anos 1%. Dos respondentes, nenhum mora sozinho; 3% moram com mais 1 pessoa; 15% moram com mais 2 pessoas; 36% moram com mais 3 pessoas; 38% moram com mais 4 ou 5 pessoas; 6% moram com 6 ou 7 pessoas e 2% moram com mais de 7 pessoas.

Quanto à formação escolar dos pais, apresentamos a tabela resumida abaixo:

Tabela XVII – Formação dos pais – alunos do 5º ano

Escolarização	Mãe	Pai
Nunca estudou.	5%	4%
Não completou a 4ª série.	14%	17%
Completou a 4ª, mas não completou a 8ª série.	20%	19%
Completou a 8ª, mas não completou o ensino médio.	14%	12%
Completou o ensino médio, mas não completou a faculdade.	7%	5%
Completou a faculdade.	12%	9%
Não sei.	28%	34%

Fonte: QEdu.org.br/cidade/2716-rio-bananal/pessoas

Tabela XVIII – Formação dos pais – alunos do 9º ano

Escolarização	Mãe	Pai
Nunca estudou	4%	6%
Não completou a 4ª série	30%	26%
Completou a 4ª, mas não completou a 8ª série	29%	26%
Completou a 8ª, mas não completou o ensino médio	11%	16%
Completou o ensino médio, mas não completou a faculdade	6%	6%
Completou a faculdade	7%	2%
Não sei	13%	18%

Fonte: QEdu.org.br/cidade/2716-rio-bananal/pessoas

Convém ressaltar que os educadores sabem que a escolarização dos pais impacta na escolarização dos filhos, no rendimento ou na frequência, e são os grandes desafios da educação básica.

Dessa forma, percebe-se nos alunos do município de Rio Bananal que a escolarização dos pais é baixa e se distribui bem uniformemente em todos os níveis e etapas da formação. Quanto aos alunos do 9º ano, percebe-se que a escolarização dos pais também é menor, sem descartar a possibilidade de haver irmãos nessas duas séries.

Esses dados permitem inferir que o desafio da educação não passa somente pela Secretaria, mas que a ação junto à comunidade escolar é de grande importância para a compreensão tanto dos papéis a serem desempenhados por todos os envolvidos, quanto das possibilidades de participação e conhecimento dos processos escolares da aprendizagem e sua forma de organização.

De acordo com os alunos do 5º ano, 52% dos pais frequentam a escola sempre ou quase sempre; 47%, de vez em quando; e 6%, nunca ou quase nunca. Esse percentual de 52% deve aumentar a partir de atividades e projetos propostos pela escola ou mesmo pela Secretaria de Educação. Já em relação

aos alunos do 9º ano; 53% dos pais frequentam as reuniões de pais; 41%, de vez em quando e 6%, nunca ou quase nunca.

Os alunos do 5º ano declararam que iniciaram a escola ainda na pré-escola. Dessa forma, 31% frequentaram a creche (0 a 3 anos); 43% ingressaram na pré-escola (4 e 5 anos); 22% ingressaram no ensino fundamental (6 a 7 anos) e 4% ingressaram depois da 1ª série.

Os alunos do 9º ano declararam que iniciaram a escola tanto na pré-escola, quanto no ensino fundamental. Dessa forma, 22% ingressaram na creche (0 a 3 anos); 37%, na pré-escola (4 a 5 anos); 35%, no ensino fundamental (6 a 7 anos) e 6%, depois da 1ª série.

Comparando as duas séries, vemos que cada vez mais as crianças estão ingressando mais cedo na escola, o que permitirá um desenvolvimento educacional diferenciado para esse público, bem como uma possível trajetória escolar de mais êxito. Por isso, a participação da comunidade na escola se faz ainda mais necessária: os pais poderão se apropriar de determinados conhecimentos inerentes ao ambiente escolar e colaborar de uma forma melhor para que seu filho tenha uma trajetória escolar de êxito e não saia da escola.

Quanto à leitura dos alunos, temos a seguinte situação:

Tabela XIX – Leitura dos estudantes - 5º ano

Item	Sempre ou quase sempre	De vez em quando	Nunca ou quase nunca	A escola não possui
Jornais	15%	47%	38%	-
Livros em geral	53%	42%	5%	-
Livros de literatura infantil	41%	39%	20%	-
Revistas em geral	23%	51%	26%	-
Revistas em quadrinhos	49%	44%	7%	-
Internet	23%	31%	46%	-
Frequência à biblioteca	26%	39%	35%	-
Utilização de biblioteca ou sala de leitura	51%	34%	13%	2%

Fonte: QEdU.org.br/cidade/2716-rio-bananal/pessoas

Tabela XX – Leitura dos estudantes - 9º ano

Item	Sempre ou quase sempre	De vez em quando	Nunca ou quase nunca	A escola não possui
Jornais	5%	62%	33%	-
Livros em geral	28%	60%	12%	-
Livros de literatura infanto-juvenil	20%	49%	31%	-
Revistas em geral	22%	58%	20%	-
Revistas em quadrinhos	23%	54%	23%	-
Leitura sobre celebridades, esporte, etc.	31%	45%	24%	-
Internet	36%	34%	30%	-
Frequência à biblioteca	13%	39%	48%	-
Utilização de biblioteca ou sala de leitura	25%	35%	38%	2%

Fonte: QEdu.org.br/cidade/2716-rio-bananal/pessoas

Quanto à leitura, os alunos demonstraram que estão lendo e alguns itens em que o percentual de leitura é menor, como o jornal, pode ser falta de acesso. Considerando que 53% dos alunos de 5º ano leem livros em geral, mas apenas 26% frequentam a biblioteca, é necessário verificar como ocorre o acesso a essa leitura: se por meio de atividade escolar ou de forma espontânea. Também é importante verificar se a utilização da biblioteca ou sala de leitura ocorre para pesquisas escolares. Diante desse cenário, a Secretaria deverá pesquisar, identificar e orientar os professores a promoverem mais visitas às bibliotecas/salas de leitura, bem como estimularem visitas espontâneas dos alunos.

Outra análise importante é que os alunos de 9º ano leem menos do que os alunos de 5º ano. Essa diminuição já é comum ao olhar do professor, pois nessa faixa etária surgem outros interesses e o adolescente prefere utilizar seu tempo em outras atividades. Também aqui se identifica a necessidade de intensificar e incentivar um projeto de leitura, e também de escrita, uma vez que a produção escrita pode tornar-se uma oportunidade para o aluno manifestar seus interesses, suas emoções, sensações, utilizando a criatividade e a imaginação.

Em relação ao lazer e ao tempo livre, para os alunos do 5º ano, não houve percentual expressivo nas opções propostas: ir ao cinema, ao teatro, assistir a espetáculos de dança ou mesmo ver TV, jogar jogos eletrônicos ou navegar na internet. Para os alunos do 9º ano, o maior lazer é participar de festas ou eventos abertos à comunidade -- 54%. Dessa forma, a escola

constitui-se importante local de cultura. Também se verificou que a maioria dos alunos não trabalha. No 5º ano, 14% trabalham fora de casa e no 9º ano, 23% trabalham fora de casa.

Em geral, os alunos do município de Rio Bananal são incentivados pelos pais, que participam das atividades e reuniões escolares. A Secretaria entende que existe a necessidade de ampliar as ações nas áreas da cultura, da ciência e tecnologia, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. No caso do município, a escola torna-se importante instituição para acesso à cultura, à ciência e à tecnologia, pois, conforme os dados informados é a principal fonte de acesso.

3.11.1 Aprendizagem

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil) e no fluxo escolar (taxa de aprovação).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado baseado nos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar e em médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios (INEP).

Tabela XXI – Evolução do IDEB no município

Ano	Ideb	Meta
2007	4,7	4,4
2009	5,5	4,8
2011	5,4	5,2
2013	5,5	5,4

Fonte: QEdu.org.br. Dados do Ideb/Inep (2007). Organizado por Meritt (2014).

Conforme se observa no gráfico, o município vem crescendo além da meta, mas deve prestar atenção em uma estagnação no indicador entre 2009 e 2013. O crescimento de 0,8 entre 2007 e 2009 demonstra que houve investimento seja de recursos ou pedagógicos e os resultados foram satisfatórios. É possível, pois, retomar esse crescimento a fim de garantir sua continuidade nos próximos anos. O ideal é que o crescimento seja sempre ascendente.

A seguir apresentamos os dados relacionados à proficiência dos alunos em Português e Matemática do 9º ano no município.

A proficiência é elaborada a partir de uma escala determinada pelo Saeb, que gera os dados de padrão de desempenho apresentados abaixo.

Tabela XXII – Padrão de desempenho em português e matemática dos alunos do 5º ano

Disciplina	2007				2009				2011			
	I	B	P	A	I	B	P	A	I	B	P	A
Português	10%	50%	35%	5%	16%	39%	36%	9%	22%	38%	29%	11%
Matemática	23%	43%	25%	9%	13%	41%	37%	9%	18%	34%	35%	13%

Fonte: Prova Brasil 2007, Inep. Organizado por Meritt.

I – Insuficiente
 B – Básico
 P – Proficiente
 A – Avançado

Nas provas que avaliam Leitura e Interpretação e Matemática, em 2007, dos 170 alunos, 161 participaram da avaliação, ou seja, 95%. Em 2008, dos 204 alunos, 174 participaram da avaliação, ou seja, 85%. Em 2011, dos 177 alunos, 166 fizeram a prova, ou seja, 94% de participação.

Os alunos do 5º ano apresentaram um rendimento melhor em Português do que em Matemática, apesar de haver mais alunos no padrão avançado. A intervenção pedagógica deve desenvolver-se junto aos alunos, buscando melhorar todos de nível, sendo que no padrão avançado e insuficiente, o INEP considera ideal até 5% cada. O padrão proficiente deve ter o maior percentual. Dessa forma, os programas e projetos precisam ser desenvolvidos atentos ao crescimento de todos os níveis e não apenas do insuficiente para o avançado. Esses dados revelam que há alunos que aprenderam mais do que o suficiente e muitos outros apenas o básico da disciplina.

Tabela XXIII – Padrão de desempenho em português e matemática dos alunos do 9º ano

Disciplina	2007				2009				2011			
	I	B	P	A	I	B	P	A	I	B	P	A
Português	12%	59%	24%	5%	16%	60%	23%	1%	22%	59%	17%	2%
Matemática	12%	76%	10%	2%	26%	60%	13%	1%	28%	58%	13%	1%

Fonte: Prova Brasil 2007, Inep. Organizado por Meritt.

I – Insuficiente
B – Básico
P – Proficiente
A – Avançado

Nas provas que avaliam Leitura e Interpretação e Matemática, em 2007, dos 143 alunos, 130 participaram da avaliação, ou seja, 91%. Em 2008, dos 257 alunos, 223 participaram da avaliação, ou seja, 87%. Em 2011, dos 275 alunos, 247 fizeram a prova, ou seja, 90% de participação.

No caso do 9º ano, retomando os indicadores de reprovação, percebemos a necessidade de um projeto de intervenção pedagógica, com material específico a ser elaborado. É fundamental que as escolas e seus sujeitos compreendam o que representa pedagogicamente os resultados da escola. Da mesma forma que no 5º ano, os padrões apresentam um grande percentual de alunos no nível básico, mas um percentual muito pequeno no padrão avançado e proficiente. Nesse caso, os resultados apontam que os alunos ficaram aquém do esperado na aprendizagem dessas disciplinas.

Os resultados apresentados referem-se às disciplinas de Português e Matemática, mas é importante que toda a escola se envolva, pois avaliação de sistema não é direcionada aos alunos, mas à aprendizagem na escola. Melhorar a intensidade de leitura e escrita, aprimorar o raciocínio lógico-matemático podem ser ações pertinentes a todas as disciplinas, respeitando sua particularidade e sua proposta curricular.

CAPÍTULO IV
METAS E ESTRATÉGIAS
DO MUNICÍPIO
PARA 2025

4 Metas e Estratégias por etapa e por modalidade

O capítulo encontra-se organizado por nível, etapa e modalidade de ensino. Também contém as vinte metas do Plano Nacional, distribuídas nos mesmos. Foram definidas estratégias pelo município considerando a realidade local, bem como a capacidade de investimento do município.

Conforme identificado nos Estudos Diagnósticos, em relação à aprendizagem, o resultado do município supera a meta prevista, mas precisa avançar, pois o mesmo permanece estagnado mesmo após um salto no IDEB.

Os indicadores foram definidos pelos profissionais do Ministério da Educação na elaboração das metas e o município optou por adotá-las, propondo estratégias próprias.

Também foram listados documentos e legislações pertinentes ao conteúdo desenvolvido e aos programas federais e estaduais aos quais a Secretaria Municipal fez adesão.



Foto 13: Elaboração do PME. Fonte: Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014

4.1 Educação Infantil

A Educação Infantil, de acordo com o que estabelece a Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases,

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

O reconhecimento da educação infantil como estágio inicial da educação básica, representou uma das grandes conquistas da Constituição Federal de 1988 e da LDB. Mas somente em 2009, por meio da emenda nº. 59 e, em 2013, por meio da Lei nº. 12.796 a educação infantil passou a fazer parte da educação básica sendo sua matrícula obrigatória a partir da pré-escola, ou seja, 4 a 5 anos.



Foto 14: Desfile Cívico 2014. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

No Brasil, a história da educação infantil tem aproximadamente 150 anos, sendo ministrada, inicialmente, nos chamados Jardins de Infância, destinados a crianças das classes mais favorecidas.

Essa modalidade foi ampliada para as classes populares, especialmente a partir dos anos 80, quando da redemocratização da sociedade brasileira e das novas demandas sociais por emprego, que permitiram uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho. A educação infantil para as classes

populares representou uma conquista da classe trabalhadora, especialmente da mulher.

Mas esse caráter de “instituição que cuida” tem sido questionado pelos movimentos e entidades que estudam e pesquisam a educação infantil e propõem uma etapa da educação básica que seja significativa à trajetória escolar da criança.

No município de Rio Bananal, a educação infantil teve início ainda na década de 60, com uma creche em tempo integral no Centro Paroquial, que a partir do ano de 1971 passou a ser mantida pela Prefeitura de Linhares. Em 1982, com a emancipação política, o município passou a assumir a educação infantil, atendendo crianças de 4 a 6 anos.

Em 1992 foi criada a Creche Municipal Professora Maria das Neves Poton, que atendia crianças de 1 a 3 anos, preferencialmente de baixa renda. Em 2014, a educação infantil atendeu a 271 crianças em creches e 387 crianças em pré-escola.



Foto 15: Escola do Campo. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

Abaixo, na Meta 1 do PNE, encontra-se a previsão de atendimento da Educação Infantil:

META 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE. (Hoje, 82,2% estão matriculadas).

INDICADORES GERAIS

Indicador 1A - Percentual de alunos de 4-5 anos que frequentam a escola:

Meta: 100%

Brasil: 81,4%

Sudeste: 85%

ES: 81,8%

Região Noroeste: 75,1%

Rio Bananal: 70,5%

Indicador 1B - Percentual de alunos de 0-3 anos que frequentam a escola:

Meta: 50%

Brasil: 23,2%

Sudeste: 28,3%

ES: 26,1%

Região Noroeste: 22%

Rio Bananal: 24%

4.1.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta

1:

- Criar, ampliar e rever polos de atendimento de Educação Infantil na zona rural para atender as crianças de 4 a 5 anos.

- Estabelecer projetos de acompanhamento da frequência dos alunos com parcerias junto à outras secretarias a fim de garantir a matrícula ao maior número de alunos possível.
- Desenvolver formação continuada de professores para atender as especificidades da etapa.
- Ampliar o horário de atendimento às crianças de 0 a 3 anos.
- Ampliar o número de vagas e adequar o espaço físico para o atendimento de qualidade a estas crianças.
- Promover a formação continuada dos profissionais da Educação Infantil com cursos específicos.
- Criar o cargo/função de Professor Itinerante para Educação Infantil.
- Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior para a formação e demais estudos a serem realizados a fim de garantir a meta.

4.1.2 Documentos e publicações legais para consulta

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília, 2010.
- Pesquisa Nacional Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos de idade residentes em área rural – 2012 – portal MEC.
- Relatórios Regionais da Pesquisa Nacional de Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em área rural – 2012 – portal MEC.
- Oferta e demanda de Educação Infantil no Campo - portal MEC.
- Brinquedos e Brincadeiras - portal MEC.
- Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial - portal MEC.
- Educação Infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais - portal MEC.
- Política de Educação Infantil no Brasil: Relatório de Avaliação - portal MEC.
- Publicação Indicadores da Qualidade na Educação Infantil – portal MEC.
- Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças – portal MEC.
- Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Brasília, 2013 - portal MEC.

- Educação Infantil em Debate – a Experiência de Portugal e a Realidade Brasileira – observatório do PNE.
- Educação em Debate - Cap. 1: A especificidade da formação do professor da Educação Infantil - observatório do PNE.

4.1.3 Programas e Projetos Federais

- Brasil Carinhoso
- Pradime
- Proinfantil
- Proinfância

4.2 Ensino Fundamental



Foto 16: Desfile Cívico Escolar 2014. Fonte: Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014).

O ensino fundamental, conforme determina a Lei nº. 12.796 é obrigatório e gratuito na escola pública, sendo destinado a crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos de idade. Tem como objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, almejando o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O ensino fundamental é dividido em “séries iniciais”, do 1º ao 5º ano, e “séries finais”, do 6º ao 9º ano. Os maiores indicadores de abandono e reprovação estão no 6º ano, quando o aluno passa a ter um professor por disciplina e muitos não tiveram um período de preparação ao final do 5º ano. A reprovação e o abandono no município de Rio Bananal ainda são indicadores expressivos, girando em torno de 17% a 20% na etapa.

A Resolução nº 7, de dezembro de 2010, que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos traz como seu fundamento principal o direito inalienável à educação para todos os sujeitos, permitindo o pleno direito à cidadania, bem como o acesso e o uso dos bens sociais e culturais.

O aumento do ensino fundamental de 8 para 9 anos no Brasil é uma conquista histórica, visto que por muitos anos se acreditou que o ensino fundamental havia se universalizado. Na década de 1990, os dados registravam 97% das crianças na escola, mas o quantitativo que representava os 3% restantes chegava a, aproximadamente, 600.000 crianças em idade escolar fora da escola.

Com a inclusão das crianças de 6 anos no ensino fundamental, espera-se que o ciclo de alfabetização tenha êxito nos três primeiros anos de escolarização nessa etapa. Assim, a meta é alfabetizar 100% das crianças até os 8 anos. Para isso, o governo federal vem investindo em programas e projetos que pretendem garantir essa meta.

No município de Rio Bananal, a oferta do ensino fundamental precisa aumentar na área rural, principalmente nas séries finais do ensino médio.



Foto 17: Escola de Ensino Fundamental. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

O PNE traz as metas nº. 2 e 3 relacionadas diretamente ao ensino fundamental.

META 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

INDICADORES GERAIS

Indicador 2A - Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.

Meta: 100%

Brasil: 98,4%

Sudeste: 99%

ES: 98,3%

Região Noroeste: 97,6%

Rio Bananal: 95,4%

Indicador 2B - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído.

Meta: 95%

Brasil: 66,7%

Sudeste: 76,3%

ES: 67,3%

Região Noroeste: 69,7%

Rio Bananal: 76,2%

4.2.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 2:

- Identificar onde estão localizadas essas crianças e descobrir porque não frequentam a escola (parceria com a Secretaria de Saúde e Ação Social – 2015/2016).
- Cadastrar as famílias que entram no município (2015).
- Diversificar o ensino, melhorando a aprendizagem e propondo um trabalho com jornada ampliada (1º ao 9º ano).
- Organizar as escolas do campo que possuem localização próxima para ampliar o atendimento intracampo.
- Matricular os alunos levando em consideração a localização de sua residência e a escola mais próxima.
- Criar o cargo/função de Professor Itinerante de Educação Física e Artes para atender as escolas do campo (multisseriadas).
- Construção de escolas-polo nos bairros São Sebastião e Santo Antônio, atendendo aos dois turnos. A Escola Novo Saber deve atender apenas a clientela de 6º ao 9º ano, nos dois turnos.
- Buscar parcerias para desenvolver projetos de redução da Distorção Idade-Série - DIS.

4.2.2 Documentos e publicações legais para consulta

- A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de Nove Anos – portal MEC.
- Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações Gerais - portal MEC.
- Ensino Fundamental de Nove Anos 1º Relatório – portal MEC.
- Ensino Fundamental de Nove Anos 2º Relatório – portal MEC.
- Orientações para a Inclusão da Criança de Seis Anos de Idade – portal MEC.
- Trajetórias Criativas - jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental: uma proposta metodológica que promove autoria, criação, protagonismo e autonomia - portal MEC.

- Alcançar os excluídos da educação básica: crianças e jovens fora da escola no Brasil – observatório do PNE.
- Análise Internacional Comparada de Políticas Curriculares - observatório do PNE.

4.2.3 Programas e Projetos federais

- BPC na Escola
- Banco Internacional de Objetos Educacionais
- Mais Educação
- Ensino Fundamental de Nove Anos

META 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Indicador 5 - Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do ensino fundamental.

Meta: 100%

Brasil: 97,6%

Sudeste: 99,1%

ES: 99,2%

Região Noroeste: 92%

Rio Bananal: 94,3%

4.2.4 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 5:

- Acompanhar os resultados das avaliações externas, propondo mediações a fim de que os alunos avancem em suas aprendizagens.
- Ampliar os cursos de formação continuada para todos os professores alfabetizadores da rede municipal de ensino.
- Continuar a Jornada de Planejamento Pedagógica prevista em calendário.

- Incentivar e dar condições aos professores para que participem de cursos de formação continuada oferecidos pela Semec, Sedu, Ufes e MEC.
- Estabelecer parceria entre os professores da Educação Infantil e os professores do Ensino Fundamental em relação ao processo de alfabetização.

4.2.5 Documentos e publicações legais para consulta

- Por que não se deve aceitar a meta de todas as crianças alfabetizadas aos 6 anos ao final da vigência do II PNE? – observatório do PNE.
- Prova ABC 2011 – observatório do PNE.

4.2.6 Programas e Projetos federal e estadual

- ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização
- Avaliação Nacional da Alfabetização – Folder
- Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
- Programa de Intervenção Pedagógica nas redes municipais de ensino – PIP
- Programa Ler e Escrever
- Provinha Brasil
- PAEBES Alfa

META 7 – Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Ideb do município de Rio Bananal

2007: 4,7 Meta: 4,4

2009: 5,5 Meta: 4,8

2011: 5,4 Meta: 5,2

2013: 5,4 Meta: 5,4

A meta 7 é elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental até o prazo final de vigência desse plano, para:

6,0 - anos iniciais do EF; 5,5 – anos finais do EF; 5,2 – ensino médio.

4.2.7 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 7:

- A SEMEC, em parceria com o governo Federal e Estadual, estabelecerá uma política de formação continuada de professores melhorando a qualidade da educação e diminuindo a reprovação.
- Garantir, nos horários de planejamento, momentos de estudos dos professores para discutir permanentemente a prática pedagógica e o acompanhamento do rendimento dos alunos.
- Estabelecer a discussão sobre os espaços e tempos da escola como forma de ampliar as possibilidades de aprendizagem.
- Implantar, estimular e fomentar metodologias inovadoras por meio de programas e projetos.

4.2.8 Documentos e publicações legais para consulta

- Informações sobre o Ideb: <http://idebescola.inep.gov.br/web/guest/home>
- Informações sobre o Ideb na educação básica:
<http://idebescola.inep.gov.br/web/portal-ideb/portal-ideb>
- Informações sobre os estados, municípios e escolas: <http://www.qedu.org.br/>
- Formação de Profissionais da Educação (2003-2010) Autora:
- Informações sobre o Ideb e o PNE: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/7-aprendizado-adequado-fluxo-adequado/indicadores>

4.2.9 Programa federal (todos os programas e projetos que visam melhorar a aprendizagem e diminuir a reprovação, contribuem para melhorar a meta do Ideb do município).

- Programa Publicações de Apoio à Formação Inicial e Continuada de Professores disponível em:
<http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/subcategoria/27>

4.3 Ensino Médio

O Ensino Médio, historicamente, enfrenta a dualidade estabelecida desde sua concepção: a de ser preparatório para o trabalho ou de ser propedêutico. A primeira opção sempre destinada aos filhos dos trabalhadores e a segunda aos filhos das elites.

A responsabilidade da oferta do ensino médio é dos Estados como prioridade, mas na prática ainda se vê um maior investimento no ensino fundamental, visto que os municípios não conseguem assumir essa etapa em sua totalidade.

O ensino médio tem sido pauta nas agendas de definição das políticas educacionais principalmente a partir do ano de 2009, quando o Enem - Exame Nacional do Ensino Médio - tornou-se uma avaliação de sistema e, posteriormente, com a implantação do SISU – Sistema de Seleção Unificada. Outra grande questão no ensino médio é a possibilidade de ingressar no nível superior por meio do Sistema de Reserva de Vagas, também chamadas “cotas”, o que aumentou a procura por matrícula nas redes públicas, tanto estadual, quanto federal.

Em 2010 se inicia formalmente a elaboração e discussão das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. O maior destaque dessas diretrizes, homologadas somente em 2012, após uma ampla discussão no país, é a definição das categorias: Ciência, Cultura, Trabalho e Tecnologia como centrais na formação dos alunos. O trabalho é tido aqui como um princípio educativo, ou seja, trabalho é a mediação entre o homem e a natureza, é ontológico e não voltado para o mercado de trabalho/emprego. Essa questão é bem contraditória nas escolas e redes, pois propõe uma formação humanística e desinteressada dentro de um sistema capitalista.

Outra abrangência do ensino médio é a educação profissional técnica de nível médio. Ela pode ser ofertada tanto da forma integrada, quanto subsequente. Essa modalidade também está prevista no PNE como expansão da oferta e de matrículas.

O governo federal tem investido em programas e projetos que visam mudar a relação da escola com o jovem e do jovem com a escola. O atual

modelo de ensino médio tem sido muito questionado, pois não apresenta resultados, sendo a taxa de abandono e de reprovação muito alta, principalmente na 1ª série do ensino médio.

Outro problema é a taxa de matrícula, conforme já descrito na análise inicial. Há, no Estado, 85% da população entre 15 e 17 anos matriculada, mas 30% desse quantitativo está no ensino fundamental. O município de Rio Bananal registra uma população de 3.088 pessoas de 15 a 19 anos, sendo que a matrícula no ensino médio é de 620 alunos.

Convém ressaltar que há somente uma escola de ensino médio na área urbana da cidade.

No PNE, as metas de nº. 3 e 11 são destinadas a essa etapa da educação básica.

Meta 3: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

INDICADORES GERAIS

Indicador 3A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.

Meta: 100%

Brasil: 84,3%

Sudeste: 85,9%

ES: 84,6%

Região Noroeste: 80%

Rio Bananal: 76,7%

Indicador 3B - Taxa líquida de matrícula no ensino médio.

Meta: 85%

Brasil: 55,3%

Sudeste: 63%

ES: 55%

Região Noroeste: 52,3%

Rio Bananal: 48,1%

4.3.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta

3:

Indicador 3A

- Adequar o currículo escolar atendendo o aluno em suas especificidades (que não seja somente pedagogia da alternância, nem somente ensino Regular).
- Buscar junto à Sedu a construção de uma escola de Ensino Médio em São Jorge Tiradentes.
- Proporcionar cursos técnicos e de qualificação formando profissionais para atuar no município.
- Divulgar previamente a realização desses cursos.

Indicador 3B

- Criar espaços para realização de oficinas (danças, músicas, entre outros) e palestras.
- Buscar a parceria para a oferta de cursos do IFES no município.

4.3.2 Documentos e publicações legais para consulta

- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, Brasília, 2012 – portal do MEC.
- Ensino Médio Noturno: Democratização e Diversidade – portal do MEC.
- Seminário Internacional de Políticas sobre Melhores Práticas no Ensino Médio - portal do MEC.
- Ensino Médio Inovador – portal do MEC.

- Os jovens e o gargalo do ensino médio brasileiro – Observatório do PNE.
- Potencial de Convergência Regional em Educação no Brasil– Observatório do PNE.
Educação em Debate - cap. 3: Proposta para um Ensino Médio compatível com o século 21.

4.3.3 Programas e Projetos Federais

- Ensino Médio Inovador
- Formação Nacional de Professores do Ensino Médio – PNEM

4.4 Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A Educação Profissional de nível médio no Brasil teve um período de estagnação considerando sua formação integrada ao ensino médio. Entre os anos de 1997 e 2004, somente eram admitidos cursos subsequentes à etapa sem recurso vinculado ou prioridade nos governos estaduais. Em sua essência, a formação técnica-profissional ficou totalmente desvinculada da escolarização básica.

Em 2003, o MEC, via Secretaria de Educação Básica e Tecnológica, organizou dois seminários nacionais:

1. “Ensino Médio: Construção Política” ocorreu em Brasília em maio de 2013.
2. Seminário Nacional de Educação Profissional “Concepções, experiências, problemas e propostas”.

Os respectivos seminários geraram documentos e fizeram emergir o debate nacional acerca da oferta da educação profissional e a importância social dessa formação ocorrer concomitante ao ensino médio.

A questão central do debate era o tema trabalho e de como deveria ser tratado na superação da dualidade histórica na formação do aluno do ensino médio: ensino propedêutico ou profissionalizante. Essa construção trouxe uma nova finalidade para o ensino médio na busca de superação dessa dualidade, fundamentando toda a formação do aluno nos eixos: ciência, cultura, trabalho e tecnologia, sendo o trabalho um princípio educativo.

Em 2004 publica-se o Decreto nº. 5.154 que estabelece três formas de oferta da educação profissional no país:

1. **Ensino Médio Integrado:** essa oferta é realizada dentro do currículo do curso com carga horária estendida. Pressupõe a elaboração de um Plano de Curso específico onde é elaborado um currículo integrado.

2. **Concomitante:** o aluno possui duas matrículas ao mesmo tempo: uma no ensino médio regular e outra no curso técnico podendo ser na mesma ou em outra instituição. Os currículos das duas instituições, quando for o caso, devem ser unificados.

3. **Subsequente:** o aluno que já concluiu o ensino médio cursa um curso técnico apenas com a formação específica almejada.

A LDB, em seu Art. 39, “a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. As questões que estão postas no contexto nacional referem-se, basicamente, ao conceito de trabalho fundamentado nas diretrizes.

A formação profissional baseada no princípio da politecnia defende uma formação omnilateral, em que todas as potencialidades são desenvolvidas e o trabalho é um princípio educativo. A formação profissional baseada apenas no mercado de trabalho busca inserir tecnicamente o aluno no mercado sem a possibilidade de reflexão sobre seu papel na sociedade como sujeito.

A educação profissional de nível médio tem tido grandes investimentos do governo federal e estadual ao longo da década de 2000 e 2010 por meio de programas de ampla oferta de qualificação e também curso técnico. O Pronatec, mais recente programa governamental, associa instituições como Senai, Senac, Sesi, Ifes e outros à rede pública estadual, que é demandante na oferta de cursos de curta duração.

O município de Rio Bananal tem potencial para ampliar as ofertas de educação profissional. Atualmente, o Sindicato dos Produtores Rurais, via instituições, oferta diversos cursos.

META 11: Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

INDICADORES GERAIS

Indicador 11A - Matrículas em educação profissional técnica de nível médio.

Meta: 4.808.838

Brasil: 1.602.946

Sudeste: 792.811

ES: 48.350

Indicador 11B - Matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.

Meta: 2.503.465

Brasil: 900.519

Sudeste: 354.084

ES: 27.734

4.4.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 11:

- Buscar junto à secretaria estadual a oferta do Ensino Médio Integrado e do subsequente.
- Apresentar, aos alunos concluintes do Ensino Fundamental o EMI de forma a incentivá-los a cursar a Educação Profissional.
- Buscar junto aos alunos e à comunidade quais cursos são de interesse dos mesmos para atender à demanda da comunidade local.

4.4.2 Documentos e publicações legais para consulta

- Parecer CNE/CEB nº 11/2008, aprovado em 12 de junho de 2008– portal MEC.
- Parecer CNE/CES nº 277/2006, aprovado em 7 de dezembro de 2006– portal MEC.
- Parecer CNE/CEB nº 40/2004– portal MEC– portal MEC.
- Parecer CNE/CEB nº 39/2004– portal MEC – portal MEC.

- Parecer CNE/CEB nº 16/99– portal MEC – portal MEC.
- Parecer CNE/CEB nº 17/97– portal MEC.
- Parecer CNE/CEB nº 02/97– portal MEC.
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 27 de março de 2008– portal MEC.
- As Razões da Educação Profissional: Olhar da Demanda
- Análise Internacional Comparada de Políticas Curriculares

4.4.3 Programas e Projetos Federais e Estaduais

- Brasil Profissionalizado
- Profucionário
- Programa Mulheres Mil
- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)
- Pronatec
- Rede e-Tec Brasil
- Nossa Bolsa
- Bolsa Sedu



Foto 18: Elaboração do PME. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

4.5 Ensino Superior

A educação é considerada, no mundo, um “bem público”, segundo a UNESCO. O Brasil, apesar de ter ampliado o acesso a esse nível de ensino, ainda possui desafios a serem enfrentados. Em uma história muito recente do nosso país, o acesso ao ensino superior era privilégio das elites que tinham condições de prorrogar o início da vida economicamente ativa. Os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior defendem uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A União é responsável direta pelo Ensino Superior, conforme previsto na Lei nº. 9.394/1996.

A universidade pode ser vista como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional. O PNE 2001 – 2011 teve como meta investir na expansão para ampliar o número de matrículas e também de oferta.

No ano de 2003, foram ofertadas 109.184 vagas na graduação (Inep/Censo Escolar), e no ano de 2011 esse número chegou a 213.530 vagas, ou seja, as matrículas dobraram nesse período. Na pós-graduação *strictu sensu*, foram 52.000 matrículas em 2003, quantidade essa que aumentou para 99.294 em 2011.

O investimento também foi intenso, saindo de 67.481,106 no ano de 2005, para 1.991.826,164 bi em 2012. Foram criadas 14 universidades no período de 2003 - 2010 e mais 4 universidades entre 2011 - 2014.

No ES, a oferta de ensino superior concentra-se na Universidade Federal do ES - UFES que possui 4 *campi*: Goiabeiras, Maruípe, São Mateus e Alegre. O IFES também tem investido no ensino superior, principalmente na licenciatura. Muitas instituições privadas foram abertas nessa última década e a oferta varia entre os diversos cursos das áreas de humanas, exatas e biomédicas, principalmente os mais tradicionais.

O município de Rio Bananal possui, conforme dados oficiais do Censo/IBGE 2010, 621 pessoas com curso superior. Não há instituição de ensino superior dentro do município, mas sim um suporte para quem deseja estudar, como a oferta de transporte diário tanto para Colatina, quanto para

Linhares, que são municípios próximos e ofertam tanto graduação, quanto pós-graduação *latu sensu*.

O Estado não oferece ao município uma oferta significativa de educação profissional. Dessa forma, o ensino superior nos municípios vizinhos passa a ser a única possibilidade de prosseguimento dos estudos. Contudo, essa realidade não atende a todos os egressos do ensino médio.

Outra necessidade do município é a parceria com as IES para a formação continuada dos professores.

No PNE, as metas 12, 13 e 14 abordam tanto a expansão, quanto a melhoria da qualidade da educação.

META 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

INDICADORES GERAIS

Indicador 12A - Taxa de escolarização bruta na educação superior da população de 18 a 24 anos.

Meta: 50%

Brasil: 30,3%

Sudeste: 31,5%

ES: 32,5%

Indicador 12B - Taxa de escolarização líquida ajustada na educação superior da população de 18 a 24 anos.

Meta: 33%

Brasil: 20,1%

Sudeste: 22,6%

ES: 22,6%

4.5.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 12:

- Inserir orientação profissional no último ano do Ensino Fundamental e durante o Ensino Médio;
- Visitas direcionadas às instituições de Ensino superior;
- Trabalho com os pais sobre os benefícios do Governo Federal para os cursos superiores e demais subsídios, como o sistema de reserva de vagas (cotas).

4.5.2 Documentos e publicações legais para consulta

- Análise sobre a Expansão das Universidades Federais (2003 a 2012)
- Seminário: A Educação Superior no contexto do Plano Nacional de Educação 2011-2020.

4.5.3 Programas e Projetos Federais

- Enade
- ProUni
- Reuni
- Sinaes
- Sisu
- UAB

META 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

INDICADORES GERAIS

Indicador 13A - Percentual de funções docentes na educação superior com mestrado ou doutorado.

Meta: 75%

Brasil: 69,5%

Sudeste: 72%

ES: 71,9%

Indicador 13B - Percentual de funções docentes na educação superior com doutorado.

Meta: 35%

Brasil: 32,1%

Sudeste: 35,7%

ES: 28,5%

4.5.4 Estratégias definidas para alcançar a meta 13:

- Devido à ausência de instituição própria que ofereça ensino superior, é importante manter o diálogo com as instituições que possam vir a atender a essa demanda do município.
- No município como o ensino superior é ofertado apenas em polo da modalidade de educação à distância, buscar ampliar a oferta.
- Propor parcerias com as instituições de ensino superior localizadas próximas ao município para ampliar o número de professores com mestrado.

META 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

INDICADORES GERAIS

Indicador 14A - Número de títulos de mestrado concedidos por ano.

Meta: 60.000 títulos

Brasil: 47.138

Sudeste: 22.801

ES: 707

Indicador 14B - Número de títulos de doutorado concedidos por ano.

Meta: 25.000 títulos

Brasil: 13.912

Sudeste: 8.533

ES: 63

4.5.5 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta

14:

- Estimular os professores da rede com incentivos para a realização de mestrado e/ou doutorado inserindo no Plano de Carreira.

4.6 Modalidade: Educação Especial

A educação especial começa a ser texto de lei apenas em 1961, na LDB 4.024 em seu Art. 88: *“a educação dos excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”*. Após esse texto, a Lei nº. 5.692/71 define em seu Art. 9º:

Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

A Lei de 1961 define a inserção dos alunos com deficiência no sistema educacional, enquanto a Lei nº. 5692/71 orienta a segregação e estimula a criação de instituições para atendimento específico.

A trajetória da educação especial a partir de então é marcada por diversas lutas para garantir a inclusão dos alunos na educação regular. Na década de 1990, mais especificamente em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial que conceitua a educação especial como:

“um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de deficiências, condutas típicas ou de altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino” (BRASIL, 1994, p. 17).

Mas essa política não institui o Atendimento Educacional Especializado como forma de inclusão do aluno com deficiência.

A Lei nº. 9.394/1996 traz, em seu Art. 4º: inciso III - *“o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”*. E, em 2013, o texto é alterado pela Lei nº. 12.796:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada pelo Ministério da Educação em 2008 estabelece que os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação são os segmentos que compõem o público-alvo da Educação Especial. Eles têm direito a frequentar a sala de aula comum e, quando necessário, receber atendimento educacional especializado no contraturno das aulas.

Entre 2007 e 2013, as matrículas desses alunos em escolas regulares cresceram de 306.136 para 648.921 (aumento de 112%), o que pode ser entendido como um resultado da política implementada. Em 2013, 76,9% desses estudantes matriculados na Educação Básica estavam estudando em salas comuns, sinalizando um rompimento com o histórico de exclusão.

Os desafios implicados na ampliação desses expressivos avanços envolvem a continuidade de investimentos na formação de educadores, no aprimoramento das práticas pedagógicas, na acessibilidade arquitetônica e tecnológica, na construção de redes de aprendizagem, no estabelecimento de parcerias entre os atores da comunidade escolar e na intersetorialidade da gestão pública (Observatório do PNE, 2014).

A busca por uma educação especial inclusiva é ainda um desafio ao nosso país. Por muitos anos, crianças e adolescentes com deficiência ficaram confinados em suas casas e até hoje o diagnóstico é processual e não há, necessariamente, um consenso entre a área médica e a educacional. Além disso, a acessibilidade e a definição de profissionais para atuarem são incipientes, de modo geral. Na rede estadual até o ano de 2014 não houve concurso público para professor de Atendimento Educacional Especializado - AEE, bem como não há uma definição formal da carga horária para o atendimento do aluno dentro da classe regular. Da mesma forma, a formação de professores ainda não abrange a necessidade real das escolas.

No município de Rio Bananal foram registradas, entre 2010 e 2013, aproximadamente 65 matrículas distribuídas em todas as etapas da educação básica. O município conta com duas formas de Atendimento Educacional Especializado: um na escola regular, disponível por meio de salas de recursos

no contraturno. Outra forma é por meio do Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, que é a instituição APAE de Rio Bananal.

A partir de 2014, a Secretaria de Estado da Educação passou a custear os alunos estaduais e municipais atendidos nos CAEE. Para tal, é necessário que o município assine um termo de Cooperação Técnica com o Estado, bem como a instituição se credencie junto à Secretaria de Educação.

O PNE prioriza a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento - TGD e altas habilidades/superdotação.

META 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

INDICADORES GERAIS

Indicador 4 - Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola.

Meta: 100%

Brasil: 85,8%

Sudeste: 85,8%

ES: 86%

Região Noroeste: 84%

Rio Bananal: 81,8%

4.6.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta

4:

- Capacitar os profissionais da Educação para que possam atender as necessidades específicas de cada aluno.

- Criar mais salas de AEE (salas multifuncionais) nas escolas de Ensino Fundamental conforme a demanda da comunidade escolar desde a Educação Infantil, contemplando todas as escolas municipais.
- Propor um trabalho colaborativo do professor da educação Especial na sala de Ensino Regular.
- Adequar os espaços físicos para garantir a acessibilidade.
- Ofertar a EJA diurno para atender aos alunos com deficiência, TGD ou altas habilidades/superdotação.
- Acompanhamento desses alunos por outros profissionais a serem identificados pela secretaria buscando parcerias com outras secretarias, juntamente com a família.

4.6.2 Documentos e publicações legais para consulta

- Transporte Escolar Acessível - portal MEC.
- Salas de Recursos Multifuncionais -- portal MEC.
- Formação Continuada de Professores na Educação Especial - portal MEC.
- BPC na Escola - portal MEC.
- Acessibilidade à Educação Superior - portal MEC.
- Educação Inclusiva: direito à diversidade - portal MEC.
- Livro Acessível - portal MEC.
- Prolibras - portal MEC.
- Centro de Formação e Recursos (CAP, CAS e NAAHS) - portal MEC.
- Prêmio Experiências Educacionais Inclusivas - portal MEC.
- Comissão Brasileira do Braille - portal MEC.
- Principais Indicadores da Educação de Pessoas com Deficiência - portal MEC.
- O Caso do Colégio Estadual Coronel Pilar - Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil - observatório do PNE.
- O Caso da Secretaria Estadual de Educação - Goiânia, Goiás, Brasil - observatório do PNE.

- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU), Decreto Legislativo no. 186/2008 e Decreto no. 6.949/2009 - observatório do PNE.
- Decreto no. 7611/11 - sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) – observatório do PNE.

4.6.3 Programas e Projetos Federais

- Acessibilidade à Educação Superior
- BPC na Escola
- Centro de Formação e Recursos
- Comissão Brasileira do Braille
- Educação Inclusiva: direito à diversidade
- Formação Continuada de Professores na Educação Especial

4.7 Modalidade: Educação de Jovens e Adultos - EJA

A educação tem assumido um papel cada vez mais importante em nossa sociedade. No Brasil, onde a democratização do ensino público é tardia, pois tem seu início na década de 1980, uma camada expressiva da população permanece sem a escolarização mínima.

A Educação de Jovens e Adultos, de acordo com a Lei nº 9394/96, se constitui em uma modalidade de ensino da educação básica que se destina aos que não concluíram o ensino fundamental e o ensino médio. O Parecer CNE/CEB nº 11/2000, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, orienta que pensar a EJA como modalidade significa considerar, em sua organização e oferta, as situações, os perfis, as faixas etárias das pessoas jovens e adultas que buscam a escolarização.

A EJA é um direito conquistado do jovem e do adulto à educação, de acordo com as especificidades de seu ciclo de formação. É preciso superar a noção da EJA como escolaridade compensatória para pessoas que não conseguiram frequentar a escola quando crianças, ou que tiveram de abandonar a escola por diferentes razões. Por isso, afirmamos o valor da aprendizagem contínua em todas as fases da vida, e não somente durante a infância e a juventude. Dessa forma, a EJA tem de ser vista numa perspectiva mais ampla, dentro do conceito de educação e aprendizagem que ocorrem ao longo da vida.

A modalidade deve estruturar-se pela flexibilidade, tanto no que diz respeito ao currículo, quanto aos tempos e aos espaços formativos. Devem ser ofertadas à população formas diversificadas de atendimento.

A Secretaria de Estado da Educação – Sedu - publicou no ano de 2014 as Diretrizes Curriculares da EJA, que tem como princípios e fundamentos pedagógicos:

- ❖ A educação como projeto de emancipação humana;
- ❖ A valorização, no processo educativo, dos diferentes saberes envolvidos;
- ❖ A compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos;
- ❖ A educação vinculada à realidade dos sujeitos;

- ❖ A educação como estratégia de sustentabilidade;
- ❖ O trabalho como princípio educativo;
- ❖ A pesquisa como princípio educativo;
- ❖ A compreensão da modalidade de Educação de Jovens e Adultos em suas especificidades pedagógicas;
- ❖ O reconhecimento das culturas juvenis, do mundo dos adultos e do idoso.

O município de Rio Bananal segue a realidade nacional, apresentando dados preocupantes quanto à escolarização de sua população. Segundo o Censo/ IBGE (2010), há no município, 9.746 pessoas com 10 anos ou mais que possuem o ensino fundamental incompleto. 1951 pessoas nunca frequentaram a escola. Dentre as que não sabem ler nem escrever, temos:

- 15 – 24 anos: 46 pessoas;
- 25 – 39 anos: 261 pessoas;
- 40 – 59 anos: 693 pessoas;
- 60 anos ou mais: 802 pessoas.

Para minimizar essa realidade, principalmente entre os mais jovens, o estado do ES aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado – PBA e o município de Rio Bananal também. São ofertadas turmas de alfabetização nas diversas localidades. A expectativa é de que a escolarização aumente nos próximos anos.

Também não há, no município a modalidade integrada à educação profissional, nem no ensino médio, nem na EJA, mas há uma demanda identificada pela secretaria para atendimento.

No PNE, as metas de nº. 8, 9 e 10 relacionam-se à EJA e à Alfabetização de Jovens e Adultos.

META 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

INDICADORES GERAIS

Indicador 8A - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos.

Meta: 12 anos

Brasil: 9,8 anos

Sudeste: 10,4 anos

ES: 9,9 anos

Região Noroeste: 8,9 anos

Rio Bananal: 8,4 anos

Indicador 8B - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade residente em área rural.

Meta: 12 anos

Brasil: 7,8 anos

Sudeste: 8,6 anos

ES: 8,3 anos

Região Noroeste: 7,9 anos

Rio Bananal: 7,9 anos

Indicador 8C – Escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade entre os 25% mais pobres.

Meta: 12 anos

Brasil: 7,8 anos

Sudeste: 8,7 anos

ES: 7,7 anos

Região Noroeste: 7,5 anos

Rio Bananal: 6 anos

4.7.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta

8:

- Buscar novas formas de oferta da EJA para atender a necessidade da população. A meta é matricular 40% da população de 18 a 29 anos até 2020 e 60% até 2024.
- Fazer levantamento das demandas reais por etapa e localização.
- Estabelecer parcerias para ampliar a oferta da EJA principalmente nessa faixa etária no município.
- Buscar a oferta de EJA integrada à educação profissional para atender a demanda a ser identificada.

4.7.2 Documentos e publicações legais para consulta

- Parecer CNE/CEB nº 11/2000– portal MEC.
- Proposta Curricular - 1º Segmento– portal MEC.
- Proposta Curricular - 2º Segmento– portal MEC.
- Almanaque do Alfabetizador: Escravo nem pensar– portal MEC.
- Parecer 05/97 do Conselho Nacional de Educação – portal MEC.
- Parecer 12/97 do Conselho Nacional de Educação – portal MEC.
- Parecer 11/99 do Conselho Nacional de Educação – portal MEC.
- Resolução CNE/CEB nº1, de 5 de julho de 2000 – portal MEC.

4.7.3 Programas e Projetos federais

- ProJovem Campo
- ProJovem Urbano
- Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA)

META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015

e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

INDICADORES GERAIS

Indicador 9A - Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade.

Meta: 93,5%

Brasil: 91,5%

Sudeste: 95,2%

ES: 93,4%

Região Noroeste: 87,4%

Rio Bananal: 86,7%

Indicador 9B – Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade.

Meta: 15,30%

Brasil: 29,4%

Sudeste: 22,7%

ES: 30%

Região Noroeste: 31,4%

Rio Bananal: 38,1%

4.7.4 Estratégias definidas para alcançar a meta 9:

- Manter adesão aos programas do governo federal e fazer a oferta do PBA (Programa Brasil Alfabetizado), divulgar e oferecer condições para realização dos programas.
- Fazer parceria com outros órgãos para divulgação (Sindicato) integração com movimentos sociais.

4.7.5 Documentos e publicações legais para consulta

- Por um Plano nacional de Educação como política de Estado – observatório PNE.
- Inaf - Indicador de alfabetismo funcional – observatório PNE.

4.7.6 Programas e Projetos federais

- Concurso Literatura Para Todos
- Educação em Prisões
- Medalha Paulo Freire
- Programa Brasil Alfabetizado

9.6.5 Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA)

META 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Indicador 10 - Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

Meta: 25%

Brasil: 1,7%

Sudeste: 0,6%

ES: 1,2%

Região Noroeste: 1,2%

Rio Bananal: 0%

4.7.7 Estratégias definidas para alcançar a meta 10:

- Parceria com o governo federal (IFES/PROEJA) para trazer a educação profissional para o município.
- Estabelecer parceria com o governo estadual para oferta da EJA na modalidade integrada à educação profissional.

4.8 Educação em Tempo Integral

Na década de 2000 o MEC vem propondo programas e projetos que visam ampliar o tempo da criança na escola. Essa ampliação vislumbra uma melhoria na qualidade social da educação, pois oportuniza a criança a ter contato com outras formas de conhecimento e permite aos professores utilizar novas metodologias. Quanto mais tempo na escola, maior é o aprendizado.

Aos alunos matriculados nessa modalidade de ensino é preciso propiciar múltiplas oportunidades de aprendizagem por meio do acesso à cultura, à arte, ao esporte, à ciência e à tecnologia, por meio de atividades planejadas com intenção pedagógica e sempre alinhadas ao projeto político-pedagógico da escola. Por ser prática relativamente nova no País, programas em curso, como o Mais Educação e o Ensino Médio Inovador, do governo federal, precisam de diagnóstico constante, em busca de evolução permanente. Considera-se educação em tempo integral quando o aluno permanece, pelo menos, 7horas diárias na escola.

A proposta de educação integral e de tempo integral não é recente no Brasil. Anísio Teixeira, ainda na década de 1950 idealizou as Escolas Parque na Bahia. Na década de 1980, Darcy Ribeiro implementou os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs - no Rio de Janeiro, ambos vislumbravam um Brasil educado e democrático. Devido à descontinuidade política, as duas propostas não foram adiante.

A Lei nº. 9.394/1996 em seu Art. 34 prevê o *“aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral”*. O PNE 2001-2011 previa a ampliação da jornada, visando, além das atividades culturais, esportivas e científicas, atividades de aceleração para evitar o abandono e a reprovação, bem como diminuir a distorção idade-série.

A proposta para o desenvolvimento da Escola de Tempo Integral depende da articulação entre tempo, espaço e conteúdos; e, a movimentação entre esses elementos é o que garante a singularidade de cada uma das unidades de ensino e a adaptação da proposta à sua realidade. Não basta permanecer mais tempo na escola e realizar mais do mesmo.

Pouco se avançou nesse período, devido às imensas dificuldades que a realidade educacional brasileira enfrenta historicamente. O MEC, por meio de programas, projetos e um financiamento crescente, vem garantindo esse aumento de oferta em tempo integral, gradativamente.

O PNE atual prevê, na Meta de nº. 6 o aumento da oferta de educação em tempo integral, mas sabemos que os desafios são muitos.

META 6: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Indicador 6A - Percentual de escolas públicas com alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.

Meta: 50%

Brasil: 34,7%

Sudeste: 44,7%

ES: 30,2%

Região Noroeste: 23,5%

Rio Bananal: 8,8%

Indicador 6B - Percentual de alunos que permanecem pelo menos 7h em atividades escolares.

Meta: 25%

Brasil: 13,2%

Sudeste: 12%

ES: 8,7%

Região Noroeste: 11,5%

Rio Bananal: 3,3%

4.8.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta

6:

- Estabelecer o crescimento gradativo da oferta. 2018: Iniciar com 1 escola nas séries iniciais. Até 2022 mais 3 escolas e até o final do plano o restante atingindo 50% das escolas. Algumas escolas poderão ofertar turmas de tempo integral ao invés da escola toda.
- Elaborar um currículo para a educação em tempo integral.
- Definir a forma de contratação ou de remoção de professores e pedagogos de forma a garantir o profissional 40 horas na escola.
- Definir a localização das escolas de modo estratégico para que o aluno possa também optar por outra escola de meio turno.
- Nomear comissão para estudar e planejar a implantação do tempo integral.
- Mapear a rede física e planejar as adequações previamente.

4.8.2 Programas e Projetos Federais

- Mais Educação
- Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI

4.9 Valorização dos Profissionais do Magistério

Dos 2.101.408 docentes que atuam na Educação Básica do país, 22% não possuem formação adequada (Censo Escolar de 2012). Nesse número se incluem professores sem nível superior ou formados em outras áreas, como engenharia ou saúde. Após 2006, prazo dado às redes públicas e privadas para cumprir a obrigatoriedade do diploma de nível superior para os docentes (LDB/1996), somente os já formados puderam participar de concursos, mas os indicadores só refletem o fato a partir de 2010. Daquele ano até 2012, o número de diplomados cresceu quase 10 pontos percentuais (68,9%, em 2010, a 78,1%, em 2012). Apesar disso, mesmo com projeções otimistas, não será possível atingir 100% em 2014, como previsto na meta. (Observatório do PNE).

Para que a formação do professor represente melhoria da aprendizagem as instituições de ensino superior precisam abrir o diálogo com as redes de educação básica. É necessário discutir o currículo da formação do professor, bem como o currículo da educação básica, o livro didático.

A política de formação continuada precisa garantir a discussão das práticas pedagógicas e da aprendizagem nas escolas, passando pelo planejamento e pela avaliação da aprendizagem. Os professores e demais profissionais precisam aprender a apropriar-se dos resultados das avaliações externas como indicadores do planejamento.

Também é necessário garantir uma formação em serviço para que o trabalho do professor torne-se coletivo e não continue isolado em sua prática. A realidade atual contribui para a fragmentação do ensino. A Lei nº 11.738/2008 no “Art. 2º§ 4º *Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.*”



Foto 19: Elaboração do PME. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

Além da formação continuada, deve haver a formação acadêmica – graduação e pós-graduação em parcerias a serem estabelecidas com Instituições de Ensino Superior, plano de carreira, valorização salarial, condições de trabalho.

O PNE prevê a valorização dos profissionais nas metas de nº. 15, 16, 17 e 18.

META 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

4.9.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 15:

- Manter com os entes federativos espaço de diálogo na busca de garantir formação profissional, estabelecendo critérios e manter a melhoria do ensino através de qualificação dos servidores da educação.

- Garantir a formação em serviço como forma de melhoria da qualidade social da educação.
- Estabelecer produtos a partir da formação continuada visando atender a 100% da rede quanto às formações promovidas.

META 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Indicador 16 - Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

Meta: 50%

Brasil: 30,2%

Sudeste: 28,9%

ES: 70,8%

Região Noroeste: 74,9%

Rio Bananal: 86,1%

4.9.2 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 16:

- Criar programa de incentivo à formação continuada de acordo com os interesses e necessidades da administração pública.

META 17: Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Indicador 17 - Razão entre salários dos professores da educação básica, na rede pública (não federal), e não professores, com escolaridade equivalente.

Meta: 100%

Brasil: 72,7%

Sudeste: 67,9%

ES: 79,8%

4.9.3 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta

17:

- Elaboração de estudo econômico para planejar a revisão de cargos e salários, periodicamente, com vistas a equiparar o salário com profissionais das redes públicas de Educação básica, adaptando a realidade do município, podendo ser reduzido o tempo estipulado de 06 anos. Para esta meta, serão feitas discussões posteriores em relação ao tempo.
- Nomear comissão para realização deste estudo.

META 18: Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública. Ter como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

4.9.4 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta

18:

- Nomear comissão para estudar e elaborar versão preliminar do plano de carreira.
- Revisão de plano, com o objetivo de valorizar ainda mais os profissionais da educação.
- Realizar a revisão do Plano de Carreira de quatro em quatro anos.

4.9.5 Documentos e publicações legais para consulta

- Análise Internacional Comparada de Políticas Curriculares.
- Formação de professores para o Ensino Fundamental: instituições formadoras e seus currículos.
- Políticas Docentes no Brasil - Um Estado da Arte.

4.9.6 Programas e Projetos federais

- Conaes - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
- FIES
- Parfor - Programa de Formação Inicial e Continuada, Presencial e a Distância, de Professores para a Educação Básica
- Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
- Procampo - Programa de Apoio À Formação Superior em Licenciatura em Educação no Campo
- Prodocência - Programa de Consolidação das Licenciaturas
- PROLIND - Programa de Apoio À Formação Superior e Licenciaturas Interculturais - Educação Indígena
- Rede Nacional de Formação Continuada de Professores
- Análise Internacional Comparada de Políticas Curriculares
- Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente

4.10 Gestão Democrática

A escolha de um diretor por vias democráticas é resultado de uma luta histórica dos trabalhadores da educação. Mas o fato de eleger o diretor não torna a escola democrática automaticamente.

Nosso país é jovem no quesito exercício da democracia. Vivenciamos dois períodos longos de ditadura que resultaram em uma sociedade que está aprendendo a participação social. Esse conceito está diretamente ligado à gestão democrática, pois isso só ocorre com a participação de todos os sujeitos da escola. Autonomia não quer dizer independência. A escola é autônoma, mas não é independente, pois está subordinada às normas, regras, leis e diretrizes maiores.

A gestão democrática é um processo a ser construído no coletivo e no cotidiano da escola, com um gestor eleito democraticamente pela comunidade escolar e que possua as seguintes características: saber ouvir, falar, relacionar ideias, sintetizar as políticas propostas, ser propositivo e atuante junto ao grupo.

Para que uma gestão seja democrática, é necessário que os documentos que orientam a ação educacional sejam construídos coletiva e democraticamente:

- Projeto Político Pedagógico da escola;
- Proposta Curricular Pedagógica;
- Plano de trabalho docente;
- Regimento e estatuto escolares.

Na gestão democrática, o estudante e os processos de ensino-aprendizagem são ponto de partida e de chegada na organização do trabalho pedagógico escolar. É uma prática efetiva quando não se distancia da atividade-fim e busca garantir o desenvolvimento integral dos alunos.

Etapas importantes da gestão democrática: diagnóstico escolar quantitativo e qualitativo; elaboração/revisão dos documentos citados acima como uma forma de estabelecimento de contratos sociais entre a escola e os alunos; integração curricular; práticas inclusivas; revisão do modelo de

Conselho de classe e garantia da hora-atividade como espaço de discussão e tomada de decisão.

META 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

4.10.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 19:

- Rever a Lei Orgânica do município para alinhar com a proposta do Plano de Carreira.
- Garantir que seja feita uma gestão democrática por meio da participação social e que envolva todos os sujeitos do processo educativo do município: conselhos, pais, professores, alunos.

4.10.2 Documentos e publicações legais para consulta

- Análise Internacional Comparada de Políticas Curriculares – observatório PNE.
- Programa Diversidade, Raça e Participação – observatório PNE.

4.10.3 Programas e Projetos Federais

- Pró-Conselho
- Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares
- Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação - Sicme

4.11 Financiamento da Educação

Tanto na CONAE de 2010, quanto na CONAE de 2014, a criação de um Sistema Nacional de Educação foi tema fundamental do evento. Até porque criar um sistema nacional de educação requer uma discussão intensa sobre financiamento.

O documento referência da CONAE 2014 aponta para a necessidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, abrangendo desde a educação básica ao ensino superior, respeitando as suas especificidades. O cumprimento deste objetivo e, conseqüentemente, o alcance de metas contidas nos planos educacionais está diretamente relacionado com a definição de políticas adequadas de investimento, gestão e recursos, assim como de acompanhamento e controle social.

Em termos de financiamento para a educação, a Constituição Federal (Art. 212) garante percentuais mínimos da receita resultante de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino, sendo 18% da receita da União e 25% da receita dos estados, Distrito Federal e municípios, incluindo-se as transferências ocorridas entre esferas de governo e o salário-educação. A este respeito, torna-se importante ressaltar que a vinculação de recursos prevista na Constituição Federal não tem atendido às reais necessidades da educação, dificultando a superação dos problemas evidenciados. Assim sendo, a sociedade como um todo tem se mobilizado no sentido de elevar os recursos financeiros como percentual do PIB (CONAE 2014).

A proposta aprovada para o PNE é de que seja investido 10% do PIB brasileiro em educação até o ano 2014. Além disso, também seriam estimados recursos financeiros de outras fontes, além dos impostos, para todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

No âmbito da educação básica, destaca-se o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006.

O FUNDEB tem sua vigência até 2020 e constitui-se em um fundo de caráter

“especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, em um total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.” (FNDE, 2014)

A título de complementação, compõe o FUNDEB

“uma parcela de recursos federais, sempre que, no âmbito de cada Estado, seu valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica” (FNDE, 2014).

META 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

4.11.1 Estratégias definidas pelo município para alcançar a meta 20:

O município garante o investimento mínimo de 25% em educação, conforme determina a legislação, garantindo o cumprimento dos compromissos deste PME. Contudo, no exercício de 2013 o investimento atingiu 28,19% e em 2014 atingiu 36,32%.

4.11.2 Documentos e publicações legais

- Investimentos em educação comparação internacional

4.11.3 Programa Federal

- Plano de Ações Articuladas – PAR/FNDE

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Foto 20: Equipe de Coordenação de elaboração do PME. **Fonte:** Secretaria Municipal de Educação/Rio Bananal/2014.

5.1 Acompanhamento e Monitoramento do Plano

O município já tem instituído o Fórum Municipal de Educação que terá a função de acompanhar e monitorar o Plano Municipal de Educação ao longo dos 10 (dez) anos previstos.

Para tal, serão realizadas reuniões anuais, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, onde serão apresentadas as ações desenvolvidas no ano para avaliação. Também serão indicadas propostas para a administração municipal para os próximos anos, com base nas metas estabelecidas e nos indicadores locais. Os alunos também devem ter representação no Fórum.

A Secretaria e o Fórum também acompanharão os estudos realizados pelo Inep a cada dois anos, conforme previsto na Lei nº. 13.005/2014 Art. 5º §2º:

A cada 2 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PNE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP publicará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei, com informações organizadas por ente federado e consolidadas em âmbito nacional, tendo como referência os estudos e as pesquisas de que trata o art. 4º, sem prejuízo de outras fontes e informações relevantes.

O município também participará das Conferências Municipais e Estaduais de Educação, bem como acompanhará as proposições do governo federal para a colaboração do estado e município a ser proposto pelo MEC.

As ações realizadas deverão ser divulgadas pela Seme para a rede de professores e comunidade.

5.2 Conclusão

O Plano Municipal de Educação do município de Rio Bananal foi elaborado coletivamente por educadores e comunidade em geral e reflete os anseios da população frente às demandas educacionais que ainda representam desafios para a comunidade ribanense.

As 20 (vinte) metas do Plano Nacional de Educação foram ampla e intensamente discutidas e as estratégias foram cuidadosamente propostas a partir dos indicadores dos dados oficiais utilizados no Estudo Diagnóstico desse documento: IBGE, Censo Escolar, Sedu/GEIA/SEE, QEdU, Observatório do PNE e Datasus.

A partir da publicação da Lei Municipal do PME o município vai organizar seu planejamento estratégico em conformidade com seu PPA em vigor, com o compromisso de elaborar o próximo PPA para a educação já em consonância total com seu plano municipal. Essa interseção ganha importância na elaboração de políticas públicas de Estado para a educação local, sem perder a dimensão do global, assumindo o compromisso com a qualidade da educação.

A cooperação entre a União, Estado e Município apesar de acontecer por ações isoladas ainda não está definida e regulamentada em nosso país. O município, apesar de ser o menor ente federado não perderá de vista essa discussão e deverá instigar os agentes sociais para que esse debate seja traçado com o intuito de se materializar em um modelo concreto.

Por fim, as metas para a educação do município de Rio Bananal estão postas para os próximos 10 anos e cabe ao próprio município, às instituições

governamentais e não governamentais, bem como à população propor políticas públicas para uma educação de qualidade social.

REFERÊNCIAS

Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo – AMUNES. **Anuário Finanças dos Municípios Capixabas**. Organizado por: Aequs Consultoria. Vitória, 2014.

DeepAsk. Disponível em: <<http://www.deepask.com/goes?page=rio-bananal/ES-Renda-domiciliar:-Veja-a-renda-media-familiar-per-capita-no-seu-municipio>>. Acesso em: 18/11/2014.

FERREIRA, E.B.; FONSECA, M. (org.) **Política e Planejamento Educacional no Brasil do Século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

Indicadores do Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/pne/indicadores>>. Acesso em: 18/11/2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320435&search=||in fogr%E1ficos:-informa%E7%F5es-completas>>. Acesso em: 18/10/2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=320435&idtema=1&search=espírito-santo|rio-bananal|censo-demografico-2010:-sinopse>>. Acesso em 22/11/2014.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. Censo Escolar <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 20/11/2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=320435&search=es pírito-santo|rio-bananal|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em: 18/11/2014.

Portal da Saúde. Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>>. Acesso em 22/11/2014.



Foto 21: Bandeira do Município. Fonte: Secretaria Municipal de Rio Bananal/2014.